O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	**TRACTEBEL ENERGIA S.A.**	**02.474.103/0001-19**

4 - NIRE
42300024384

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366	CENTRO

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS	SC

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
048	221-7016	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
048	221-7015	-	-	

15 - E-MAIL
mantuano@tractebelenergia.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME
MARC VERSTRAETE

2 - ENDEREÇO COMPLETO	3 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366	CENTRO

4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS	SC

7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
048	221-7060	-	-	

12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
048	221-7002	-	-	

16 - E-MAIL
marc@tractebelenergia.com.br

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	1	01/01/2005	31/03/2005	4	01/10/2004	31/12/2004

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES	00210-0

11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
PAULO RICARDO PINTO ALANIZ	369.375.330-04

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2004	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	464.052.075	464.052.075	464.052.075
2 - Preferenciais	188.690.118	188.690.118	188.690.118
3 - Total	652.742.193	652.742.193	652.742.193
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Geração e Comercialização de energia elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	09/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio	20/04/2005	PNA	0,4655890000
02	RCA	09/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio	20/04/2005	PNB	0,3906510000
03	RCA	09/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio	20/04/2005	ON	0,3906510000
04	AGO	07/04/2005	Dividendo	20/04/2005	PNA	0,5132690000
05	AGO	07/04/2005	Dividendo	20/04/2005	PNB	0,5132690000
06	AGO	07/04/2005	Dividendo	20/04/2005	PN	0,5132690000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
15/04/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2005	4 - 31/12/2004
1	Ativo Total	5.249.014	5.132.553
1.01	Ativo Circulante	1.153.506	1.061.028
1.01.01	Disponibilidades	812	4.648
1.01.01.01	Numerário Disponível	812	4.648
1.01.02	Créditos	1.035.875	856.321
1.01.02.01	Titulos e Valores Mobiliários	686.467	526.878
1.01.02.02	(-) Prov.p/Perdas em Aplic.Financeiras	(11.896)	(11.896)
1.01.02.03	Consumidores, Concess. e Permissionárias	429.529	401.629
1.01.02.04	(-) Prov. p/Créditos de Liq. Duvidosa	(130.816)	(130.816)
1.01.02.05	Dividendos a Receber de Controladas	8.113	8.113
1.01.02.06	Cauções e Dep.Vinculados - CCEE	9.880	9.555
1.01.02.07	Devedores Diversos-Conc. Energia Elétr.	8.367	7.809
1.01.02.08	Adiantamento a Fornecedores	4.612	9.511
1.01.02.09	Créditos da Cta Cons.Combustível-CCC/CDE	31.619	35.538
1.01.03	Estoques	13.036	13.061
1.01.04	Outros	103.783	186.998
1.01.04.01	Alienações, Serv.Curso e Disp.Reembolsar	6.606	8.764
1.01.04.02	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	44.926	104.170
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas Recup.Créd. ICMS	(33.457)	(32.977)
1.01.04.04	Despesas Pagas Antecipadamente	5.725	4.262
1.01.04.05	Ativo Fiscal Diferido	72.502	94.344
1.01.04.06	Outros	7.481	8.435
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	334.681	308.728
1.02.01	Créditos Diversos	94.012	96.345
1.02.01.01	Concessionárias e Permissionárias	12.962	14.920
1.02.01.02	Devedores Diversos-Conc. Energia Elétr.	15.210	16.572
1.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	36.101	35.550
1.02.01.04	Alienação de Bens e Direitos	29.739	29.303
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	240.669	212.383
1.02.03.01	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	5.144	4.720
1.02.03.02	Depósitos Judiciais	31.693	26.048
1.02.03.03	Ativo Fiscal Diferido	201.159	181.132
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	2.190	0
1.02.03.05	Outros	483	483
1.03	Ativo Permanente	3.760.827	3.762.797
1.03.01	Investimentos	717.641	684.639
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2005	4 -31/12/2004
1.03.01.02	Participações em Controladas	715.525	682.523
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.116	2.116
1.03.01.03.01	Bens Direitos p/Uso Fut.e Dest.Alienação	1.742	1.742
1.03.01.03.02	Outros	374	374
1.03.02	Imobilizado	3.043.186	3.078.158
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2005	4 - 31/12/2004
2	Passivo Total	5.249.014	5.132.553
2.01	Passivo Circulante	1.095.107	1.129.494
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	206.887	196.195
2.01.01.01	Principal	190.332	189.382
2.01.01.02	Encargos	16.555	6.813
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	128.834	139.589
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	56.650	67.428
2.01.04.01	Tributos e Contrib. Sociais Correntes	55.663	66.449
2.01.04.02	Tributos e Contrib. Sociais Parcelados	987	979
2.01.05	Dividendos a Pagar	553.045	553.045
2.01.05.01	Dividendos Prop. Juros s/Capital Próprio	553.045	553.045
2.01.06	Provisões	37.906	36.466
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	37.906	36.466
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	111.785	136.771
2.01.08.01	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	9.162	12.437
2.01.08.02	Benefício Pós-Emprego	50.375	51.619
2.01.08.03	Passivo Fiscal Diferido	39.616	39.616
2.01.08.04	Operações com Derivativos	432	18.984
2.01.08.05	Outros	12.200	14.115
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.194.724	1.216.103
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	855.144	886.901
2.02.01.01	Principal	855.144	886.901
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	127.819	123.678
2.02.03.01	Obrigações Estimadas	14.863	15.259
2.02.03.02	Contingências	112.956	108.419
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	211.761	205.524
2.02.05.01	Tributos e Contribuições Sociais	6.825	7.016
2.02.05.02	Benefícios Pós-Emprego	204.936	198.508
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.959.183	2.786.956
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	249.495	249.495
2.05.04.01	Legal	102.252	102.252

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2005	4 -31/12/2004
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	147.243	147.243
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.227	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	698.025	698.025	560.444	560.444
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	513.989	513.989	443.434	443.434
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	81.942	81.942	66.935	66.935
3.01.03	Subvenção Combustível - CCC/CDE	97.124	97.124	45.320	45.320
3.01.04	Serviço Prestado	3.291	3.291	2.664	2.664
3.01.05	Venda de Cinzas	1.470	1.470	1.987	1.987
3.01.06	Outras	209	209	104	104
3.02	Deduções da Receita Bruta	(77.276)	(77.276)	(34.739)	(34.739)
3.02.01	Impostos e Contribuições	(76.293)	(76.293)	(33.224)	(33.224)
3.02.02	Repasse - CCC - Venda de Cinzas	(983)	(983)	(1.515)	(1.515)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	620.749	620.749	525.705	525.705
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(332.863)	(332.863)	(290.980)	(290.980)
3.04.01	Pessoal	(15.632)	(15.632)	(14.994)	(14.994)
3.04.02	Material	(3.667)	(3.667)	(2.034)	(2.034)
3.04.03	Serviço de Terceiro	(7.573)	(7.573)	(5.180)	(5.180)
3.04.04	Combustível p/Prod.Ener.Elétr - CCC/CDE	(97.000)	(97.000)	(44.468)	(44.468)
3.04.05	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica	(29.859)	(29.859)	(1.054)	(1.054)
3.04.06	Compens.Financ. p/Utiliz.Rec. Hídricos	(11.538)	(11.538)	(10.313)	(10.313)
3.04.07	Depreciação / Amortização	(40.121)	(40.121)	(39.833)	(39.833)
3.04.08	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	(114.439)	(114.439)	(177.974)	(177.974)
3.04.09	Uso de Bem Público - UBP	(1.282)	(1.282)	(1.166)	(1.166)
3.04.10	Constituição de Provisões Operacionais	(4.579)	(4.579)	(7.733)	(7.733)
3.04.11	Reversão de Provisões Operacionais	3.294	3.294	13.990	13.990
3.04.12	Seguros	(1.927)	(1.927)	(1.984)	(1.984)
3.04.13	Outros	(8.540)	(8.540)	1.763	1.763
3.05	Resultado Bruto	287.886	287.886	234.725	234.725
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(44.874)	(44.874)	(50.616)	(50.616)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.06.01	Com Vendas	(28.587)	(28.587)	(21.095)	(21.095)
3.06.01.01	Pessoal	(1.053)	(1.053)	(898)	(898)
3.06.01.02	Serviço de Terceiro	(363)	(363)	(263)	(263)
3.06.01.03	Encargos de Uso da Rede Elétrica	(26.362)	(26.362)	(18.757)	(18.757)
3.06.01.05	Outras	(809)	(809)	(1.177)	(1.177)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.826)	(30.826)	(25.930)	(25.930)
3.06.02.01	Pessoal	(7.007)	(7.007)	(6.372)	(6.372)
3.06.02.02	Serviço de Terceiro	(4.082)	(4.082)	(3.109)	(3.109)
3.06.02.03	Depreciação / Amortização	(324)	(324)	(405)	(405)
3.06.02.04	Constituição de Provisões Operacionais	(13.337)	(13.337)	(9.951)	(9.951)
3.06.02.05	Reversão de Provisões Operacionais	5.967	5.967	7.224	7.224
3.06.02.06	Taxa de Fiscalização	(1.851)	(1.851)	(1.465)	(1.465)
3.06.02.07	Previdência Privada - SB-40	(4.571)	(4.571)	(5.977)	(5.977)
3.06.02.08	Amortização de Ágio na Partic.Empresas	(1.687)	(1.687)	(1.687)	(1.687)
3.06.02.09	Outras	(3.934)	(3.934)	(4.188)	(4.188)
3.06.03	Financeiras	(18.950)	(18.950)	(16.815)	(16.815)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	12.218	12.218	24.123	24.123
3.06.03.01.01	Rendas de Aplicações Financeiras	9.785	9.785	12.423	12.423
3.06.03.01.02	Variação Monetária	809	809	3.188	3.188
3.06.03.01.03	Outras	1.624	1.624	8.512	8.512
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(31.168)	(31.168)	(40.938)	(40.938)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(22.389)	(22.389)	(25.819)	(25.819)
3.06.03.02.02	Encargos/Reversão Enc. s/Prov.Operac.	(2.275)	(2.275)	(1.510)	(1.510)
3.06.03.02.03	Encargos s/Obrig.Contr. Fundação ELOS	(1.606)	(1.606)	(1.773)	(1.773)
3.06.03.02.04	Encargos s/Tributos e Contrib. Sociais	(7.145)	(7.145)	(80)	(80)
3.06.03.02.05	Provisão p/Desv.Títulos e Valor.Mobil.	0	0	(1.059)	(1.059)
3.06.03.02.06	Variação Monetária s/Empr.Financiamentos	8.232	8.232	(1.967)	(1.967)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.06.03.02.07	Var.Monet.s/Prov./Rev.Provisões Operac.	(1.333)	(1.333)	(1.203)	(1.203)
3.06.03.02.08	Var.Monet.s/Obrig.Contr.Fundação ELOS	(1.810)	(1.810)	(1.800)	(1.800)
3.06.03.02.09	Variação Monetária - Outras	210	210	(564)	(564)
3.06.03.02.10	Outras	(3.052)	(3.052)	(5.163)	(5.163)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	33.489	33.489	13.224	13.224
3.07	Resultado Operacional	243.012	243.012	184.109	184.109
3.08	Resultado Não Operacional	(58)	(58)	(2)	(2)
3.08.01	Receitas	28	28	0	0
3.08.02	Despesas	(86)	(86)	(2)	(2)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	242.954	242.954	184.107	184.107
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(68.912)	(68.912)	(53.240)	(53.240)
3.10.01	Contribuição Social	(13.963)	(13.963)	(10.807)	(10.807)
3.10.02	Imposto de Renda	(54.949)	(54.949)	(42.433)	(42.433)
3.11	IR Diferido	(1.815)	(1.815)	(4.550)	(4.550)
3.11.01	Contribuição Social	(4.881)	(4.881)	(4.610)	(4.610)
3.11.02	Imposto de Renda	3.066	3.066	60	60
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	172.227	172.227	126.317	126.317

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	652.742.193	652.742.193	652.742.193	652.742.193
	LUCRO POR AÇÃO	0,00026	0,00026	0,00019	0,00019
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Co-geração Lajes, é de 5.859 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Co-geração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo os contratos para compra de longo prazo firmados com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA e com a Companhia de Interconexão Energética – CIEN, é de 6.202 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 8-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Tractebel EGI South America Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, nova denominação da Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da UHE Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a UHE Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual detém autorização para implantar e explorar a Unidade de Co-geração Lages, no Município de Lages (SC). As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 7-b.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado, nas Notas Explicativas e nos demais quadros estão expressos em milhares de Reais, exceto onde indicado de maneira diferente.

Detalhamento em Notas Explicativas

As Notas Explicativas pertinentes ao Balanço Patrimonial Consolidado e à Demonstração do Resultado Consolidado, quando aplicáveis, estão apresentadas no quadro 16.01.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

Critérios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das Informações Trimestrais. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão;

a provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão (ver Nota 4);

o imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data-base das Informações Trimestrais, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e realizável a longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe deram origem;

os materiais em estoque são registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado;

os ativos indexados são atualizados até a data-base das Informações Trimestrais.

b) Permanente

Os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos pelo custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 8;

os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado;

até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico. A partir de 01 de janeiro de 1999, a Companhia descontinuou esta prática e a partir de 01 de janeiro de 2002 a mesma deixou de ser praticada no setor elétrico brasileiro, em função de alteração das normas da ANEEL que disciplinavam esta matéria.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os benefícios futuros a empregados (benefícios pós-emprego) são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 14);

os empréstimos e financiamentos e os encargos decorrentes, apropriados até a data-base das Informações Trimestrais, são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 11) e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

e) Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil existentes na Companhia não possuem valores relevantes e são reconhecidas diretamente no resultado, com base nas contraprestações contratuais (ver Nota 17).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 7-b.1).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 7-b), não há efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.03.2005	31.12.2004
Circulante		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	275.886	295.606
Fundo de Investimentos Exclusivo	286.980	130.538
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	64.996	43.033
Operações Compromissadas	34.312	33.925
Notas do Banco Central – NBC-E	24.293	23.776
	686.467	**526.878**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(11.896)	(11.896)
	674.571	**514.982**
Longo Prazo		
Fundo de Investimentos Exclusivo	**36.101**	**35.550**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até 31.03.2005, cujos valores contábeis não excedem aos preços médios de mercado, podendo ser negociados independentemente de seus vencimentos, sem prejuízo dos rendimentos.

A Companhia possui, por meio do Fundo de Investimentos Exclusivo, CDBs e LFTs, ambos indexados ao CDI, e operações de swaps realizadas no mercado de balcão com registro e liquidação na Cetip, em que o Fundo fica ativo em câmbio e passivo em CDI.

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia possui no Banco Santos S.A., o qual se encontra sob intervenção do Banco Central do Brasil, desde 12.11.2004.

NOTA 4 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31.03.2005				31.12.2004
		Vencidos			
	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Consumidores livres	26.891	1.715	3.553	32.159	29.928
Concessionárias	182.018	-	-	182.018	167.246
Comercializadoras	42.704	-	-	42.704	41.165
Exportação	5.370	-	740	6.110	740
Transações no âmbito do MAE	154.591	-	11.947	166.538	162.550
	411.574	**1.715**	**16.240**	**429.529**	**401.629**
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(118.916)	-	(11.900)	(130.816)	(130.816)
	292.658	**1.715**	**4.340**	**298.713**	**270.813**
Longo prazo					
Transações no âmbito do MAE	12.962	-	-	12.962	14.920
	12.962	**-**	**-**	**12.962**	**14.920**

A energia elétrica fornecida a clientes enquadrados na categoria “Consumidores Livres” tem suas respectivas faturas com vencimento no dia 15 do mês subseqüente ao do fornecimento.

As faturas de suprimento a concessionárias são desdobradas em três parcelas iguais, com vencimento nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao do suprimento e no dia 5 do segundo mês subseqüente.

O valor de R$ 11.947 vencido há mais de 90 dias refere-se a débito de agente inadimplente na 1ª liquidação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, realizada em 30.12.2002. Tal valor está sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 11.900, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

Em setembro de 2003, a Companhia constituiu provisão, no valor de R$ 142.949, em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. Em face de desistências por parte de autores da ação impetrada, a referida provisão foi ajustado, no segundo semestre de 2004, para R$ 118.916.

NOTA 5 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	31.03.2005				31.12.2004
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	606.171	-	54.555	54.555	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	245.697	33.433	-	33.433	33.433
Benefícios pós-emprego	156.885	39.221	14.120	53.341	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	130.816	32.704	11.773	44.477	44.477
Provisão para contingências	112.956	28.239	10.166	38.405	36.862
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	34.378	8.594	3.094	11.688	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	33.457	8.364	3.011	11.375	11.212
Provisão para grandes manutenções	34.161	8.540	3.075	11.615	10.396
Provisão para perdas em aplicações financeiras	11.896	2.974	1.071	4.045	4.045
Participação de empregados nos lucros	6.500	1.625	585	2.210	2.210
Provisão bônus gerencial	4.000	1.000	360	1.360	1.360
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Provisão honorários advocatícios	612	153	55	208	206
Base negativa da contribuição social	77.205	-	6.949	6.949	12.933
	-	**164.847**	**108.814**	**273.661**	**275.476**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		54.195	18.307	72.502	94.344
Realizável a longo prazo		110.652	90.507	201.159	181.132
		164.847	**108.814**	**273.661**	**275.476**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

A realização da provisão para perdas econômicas da UTE Jacuí está baseada no pressuposto da conclusão do projeto. Nesta situação, a provisão realizar-se-á na proporção da depreciação do empreendimento, após sua entrada em operação. O valor do ativo fiscal diferido, já reconhecido contabilmente, refere-se à Contribuição sobre o Lucro Líquido e foi registrado em 1997. A Administração da Companhia está aguardando definições sobre pendências envolvendo o projeto, para reconhecer o Imposto de Renda diferido sobre a referida provisão, no valor de R$ 151.543, ocasião em que o total do ativo fiscal diferido será complementado, observando-se o limite de dez anos para a sua recuperação.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Natureza dos ativos	2005	2006	2007	2008	2009	Próximos 2 anos	Próximos 3 anos	Após 2014	Total
Provisão para perdas Jacuí	-	-	-	-	2.250	4.910	7.365	40.030	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	2.507	3.343	3.343	3.343	3.344	6.687	10.030	836	33.433
Demais diferenças temporárias	22.002	10.923	7.888	20.043	20.894	91.143	5.218	613	178.724
Base negativa da contribuição social	6.949	-	-	-	-	-	-	-	6.949
Ativo fiscal diferido, registrado	**31.458**	**14.266**	**11.231**	**23.386**	**26.488**	**102.740**	**22.613**	**41.479**	**273.661**
Ativo fiscal diferido - Jacuí	-	-	-	-	7.440	16.235	24.352	103.516	151.543
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	27.991	27.991
	31.458	**14.266**	**11.231**	**23.386**	**33.928**	**118.975**	**46.965**	**172.986**	**453.195**

Na elaboração do quadro acima, o ano de 2005 compreende somente 9 meses (abril a dezembro).

A realização da RIC ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido no valor de R$ 27.991 (R$ 28.843 em 31.12.2004)

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 6 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	31.03.2005		31.03.2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	**242.954**	**242.954**	**184.107**	**184.107**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	1.687	-	1.687
Gratificação e 13º de dirigentes	-	289	-	33
Doações incentivadas	-	-	30	30
Doações indedutíveis	115	115	226	226
Multas	(307)	(307)	-	-
Outras despesas indedutíveis	108	108	160	160
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(33.489)	(33.489)	(13.224)	(13.224)
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(3.408)	-	(3.385)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**209.381**	**207.949**	**171.299**	**169.634**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(18.844)**	**(51.987)**	**(15.417)**	**(42.409)**
Incentivos fiscais	-	98	-	30
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	6	-	6
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	**(18.844)**	**(51.883)**	**(15.417)**	**(42.373)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(13.963)	(54.949)	(10.807)	(42.433)
Diferido	(4.881)	3.066	(4.610)	60
	(18.844)	**(51.883)**	**(15.417)**	**(42.373)**

NOTA 7 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	31.03.2005	31.12.2004
Participações societárias permanentes avaliadas pela equivalência patrimonial		
Itá Energética S.A. – ITASA		
Equivalência patrimonial	261.192	255.327
Dividendos propostos	-	(1.576)
Ágio	12.015	12.587
	273.207	**266.338**
Companhia Energética Meridional – CEM		
Equivalência patrimonial	365.559	295.785
Reversão dividendos propostos	-	52.778
Ágio	34.547	35.662
	400.106	**384.225**
Delta Energética S.A.		
Equivalência patrimonial	**7**	**7**
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.		
Equivalência patrimonial	**8.319**	**1.423**
Lages Bioenergética Ltda.		
Equivalência patrimonial	33.886	37.067
Dividendos propostos	-	(6.537)
	33.886	**30.530**
	715.525	**682.523**
Participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Quota de participação	**3**	**3**
	715.528	**682.526**
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	**1.742**	**1.742**
Outros investimentos	**371**	**371**
	717.641	**684.639**

b) Participações societárias permanentes

b.1 - Itá Energética S.A. – ITASA (Controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ITASA tem como objetivo a exploração da UHE Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, tendo a última unidade entrado em operação em março de 2001.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, que correspondem à Energia Assegurada da UHE Itá.

As informações pertinentes à participação na controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31.03.2005	31.12.2004
Quantidade de ações do capital social	520.219.172	520.219.172
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	253.606.840	253.606.840
Participação %	48,750	48,750
Capital social	426.300	426.300
Patrimônio líquido	535.780	520.516
Resultado do período	15.264	13.613
Investimento:		
Equivalência patrimonial	261.192	253.751
Ágio	12.015	12.587
Resultado de equivalência patrimonial	7.441	6.636

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão, admitindo-se uma renovação da concessão ao seu término, conforme faculta o respectivo Contrato de Concessão.

A avaliação considerou a relação de *debt/equity* de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio.

O ágio amortizado no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 572.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção do investimento da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**31.03.2005**	**31.12.2004**
Circulante	78.325	54.885
Realizável a longo prazo	12.576	13.942
Permanente	1.095.237	1.105.752
	1.186.138	**1.174.579**
PASSIVO		
Circulante	114.772	108.855
Exigível a longo prazo	535.586	545.208
Patrimônio líquido	535.780	520.516
	1.186.138	**1.174.579**

RESULTADO	**31.03.2005**	**31.03.2004**
Receitas operacionais brutas	71.381	88.670
Deduções da receita operacional	(6.603)	(6.905)
Receitas líquidas de vendas	**64.778**	**81.765**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica – exposição no MAE	(1.329)	(20.956)
Custo de produção de energia elétrica	(11.214)	(11.290)
	(12.543)	**(32.246)**
LUCRO BRUTO	**52.235**	**49.519**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(4.535)	(5.282)
Despesas gerais e administrativas	(4.760)	(4.858)
	(9.295)	**(10.140)**
Resultado do serviço	**42.940**	**39.379**
Despesas financeiras líquidas	**(19.793)**	**(25.898)**
RESULTADO OPERACIONAL	**23.147**	**13.481**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**-**	**(1)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**23.147**	**13.480**
Imposto de renda e contribuição social	**(7.883)**	**(4.596)**
LUCRO DO PERÍODO	**15.264**	**8.884**

b.2 - Companhia Energética Meridional – CEM (Controlada)

A CEM detém a concessão da UHE Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2005			31.12.2004
	Ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Quantidade de ações do capital social	79.063.566	146.107.126	225.170.692	225.170.692
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	79.063.562	146.107.126	225.170.688	225.170.688
Participação %	99,99	100,00	99,99	99,99
Capital social	78.748	145.474	224.222	224.222
Patrimônio líquido	-	-	365.559	348.563
Resultado do período	-	-	16.996	68.785
Investimento:				
Equivalência patrimonial	-	-	365.559	348.563
Ágio	-	-	34.547	35.662
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	16.996	68.785

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos, a partir de janeiro de 2003.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a.

A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina. Parte do ágio está associada aos bônus de subscrição adquiridos na transação, que foram utilizados para aporte de capital durante a fase pré-operacional da investida.

O ágio amortizado no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 1.115.

b.3 – Delta Energética S.A. (Controlada)

A Companhia detém 9.999 das 10.000 ações que compõem o Capital Social da Delta. Esta controlada foi constituída em 31.10.2001, sob a denominação de Delta Participações S.A. e em 26.04.2004 teve sua denominação social alterada para Delta Energética S.A. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

b.4 – Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (Controlada)

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2005	31.12.2004
Quotas que compõem o capital social	2.200.000	1.000.000
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	2.199.999	999.999
Participação %	99,99	99,99
Capital social	2.200	1.000
Patrimônio líquido	8.319	1.423
Resultado do período	5.696	439
Investimento:		
Equivalência patrimonial	8.319	1.423
Resultado de equivalência patrimonial	5.696	439

b.5 – Lages Bioenergética Ltda. (Controlada)

Sociedade constituída em 26.06.2002, tendo recebido autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 30.10.2002, para estabelecer-se como Produtor Independente, mediante a implantação da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de co-geração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002. As obras do empreendimento iniciaram em janeiro de 2003 com previsão de conclusão para abril de 2004, contudo, o cronograma foi antecipado e sua conclusão ocorreu em 16.12.2003. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 990, de 19.12.2003, liberou o inicio da operação comercial da central geradora a partir do dia 23.12.2003.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2005	31.12.2004
Quotas que compõem o capital social	30.529.984	30.529.984
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	30.529.983	30.529.983
Participação %	99,99	99,99
Capital social	30.530	30.530
Patrimônio líquido	33.886	37.067
Resultado do período	3.356	6.537
Investimento:		
Equivalência patrimonial	33.886	37.067
Resultado de equivalência patrimonial	3.356	6.537

NOTA 8 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

		31.03.2005			31.12.2004
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	638.767	(463.885)	174.882	178.776
UHE Salto Osório	2,8	288.894	(226.282)	62.612	64.633
UHE Passo Fundo	2,5	123.120	(87.611)	35.509	36.399
UUHE Itá (em consórcio)	2,3	1.236.696	(129.185)	1.107.511	1.114.622
UHE Machadinho (em consórcio	2,5	179.928	(12.548)	167.380	167.420
		2.467.405	**(919.511)**	**1.547.894**	**1.561.850**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.453.800	(1.119.561)	1.334.239	1.356.336
UTE Charqueadas	4,4	54.807	(47.149)	7.658	7.999
UTE Alegrete	4,1	8.101	(7.196)	905	932
UTE William Arjona	4,3	139.286	(29.490)	109.796	112.530
		2.655.994	**(1.203.396)**	**1.452.598**	**1.477.797**
Sistema de Comunicação	6,1	**1.102**	**(503)**	**599**	**669**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**32.383**	**(17.243)**	**15.140**	**14.195**
Total das imobilizações em serviço		**5.156.884**	**(2.140.653)**	**3.016.231**	**3.054.511**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Itá (custos retardatários)		847	-	847	393
UHE S. Santiago (obra de adição)		918	-	918	890
UHE Salto Osório (obra de adição)		18.745	-	18.745	16.504
Outros		223	-	223	194
		20.733	**-**	**20.733**	**17.981**
Geração Térmica					
UTE Jacuí		52.484	-	52.484	52.320
UTE J. Lacerda (obra de adição)		8.101	-	8.101	7.680
UTE Charqueadas (obra de adição)		594	-	594	421
Outros		15	-	15	15
		61.194	**-**	**61.194**	**60.436**
Equipamentos Gerais e Outros		**1.592**	**-**	**1.592**	**1.794**
Total das imobilizações em curso		**83.519**	**-**	**83.519**	**80.211**
Total das imobilizações					**3.134.722**
Obrigações Especiais		**(56.564)**	**-**	**(56.564)**	**(56.564)**
Total do ativo imobilizado		**5.183.839**	**(2.140.653)**	**3.043.186**	**3.078.158**

b) Mutação no trimestre

	Em serviço	Em Curso	Total
Saldo no início dos trimestres	**3.054.511**	**80.211**	**3.134.722**
Aquisições	842	4.776	5.618
Encargos Financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	-	-
Transferências	1.468	(1.468)	-
Depreciação	(40.453)	-	(40.453)
Baixas	(137)	-	(137)
	3.016.231	**83.519**	**3.099.750**
Obrigações Especiais	(56.564)	-	(56.564)
Saldo no final dos trimestres	**2.959.667**	**83.519**	**3.043.186**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União, e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações, em 31.03.2005 e 31.12.2004, é a seguinte:

Doações e subvenções destinadas a investimentos	47.937
Reversão e amortização	2.230
Participação da União	3.758
Outras	2.639
	56.564

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Jacuí	Controladora	350	07.02.2002	07.02.2032
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 7-b.1).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

No mês de junho de 2004, a Companhia firmou parceria estratégica, transferindo 33,33% do empreendimento Jacuí à empresa Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA, por R$ 29.000, nos termos do Contrato de Transferência de Participação em Empreendimento firmado entre as partes. A ELEJA é uma SPE constituída pela Riomaggiore Mineração Ltda., com a finalidade específica de conclusão do projeto. A transferência inclui direitos, licenças, autorizações, projetos, estudos, desenhos, plantas e documentos, livros e inscrições fiscais, além de bens, terrenos, equipamentos, construções civis e outras instalações, que constituem parte substancial do acervo necessário e/ou adequado à implantação do empreendimento, localizado no Município de Charqueadas, Estado do Rio Grande do Sul.

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

NOTA 9 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da UTE William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, mantendo um valor residual de R$ 68.485, que é compatível com o valor estimado de alienação.

Neste contexto, os valores referentes às amortizações relativas a 2002, 2003 e 2004 totalizaram R$ 35.214, que foram considerados “diferenças temporárias”, para fins fiscais.

Em 26 de outubro de 2004, a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o témino do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas, estando à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema – ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Este fato não afeta os resultados futuros, porquanto, concomitantemente com a depreciação, a Companhia reverte a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

NOTA 10 - FORNECEDORES

	31.03.2005	31.12.2004
Energia elétrica	50.678	65.704
Combustíveis fósseis	39.165	37.445
Encargos de uso da rede elétrica	24.787	19.849
Materiais e serviços	14.204	16.591
	128.834	**139.589**

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição:

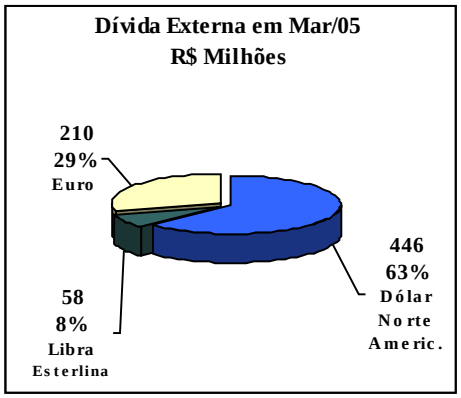
	31.03.2005			31.12.2004		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	109.532	413.321	522.853	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	17.379	173.939	191.318	14.251	183.892	198.143
	126.911	**587.260**	**714.171**	**118.812**	**597.966**	**716.778**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	68.080	230.142	298.222	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	11.896	37.742	49.638	10.977	41.133	52.110
	79.976	**267.884**	**347.860**	**77.383**	**288.935**	**366.318**
	206.887	**855.144**	**1.062.031**	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**

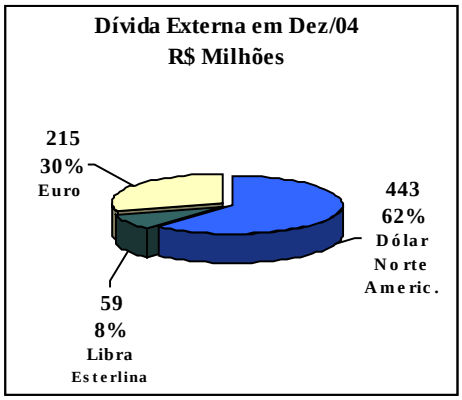
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Longo Prazo
Saldo em 30.09.2004	**212.460**	**999.053**
Amortizações	(112.223)	-
Transferências	74.946	(74.946)
Encargos gerados no trimestre	24.669	(9.995)
Variações monetárias geradas no trimestre	(3.657)	(27.211)
Saldo em 31.12.2004	**196.195**	**886.901**
Amortizações	(35.223)	-
Transferências	25.004	(25.004)
Encargos gerados no trimestre	22.389	-
Variações monetárias geradas no trimestre	(1.478)	(6.753)
Saldo em 31.03.2005	**206.887**	**855.144**

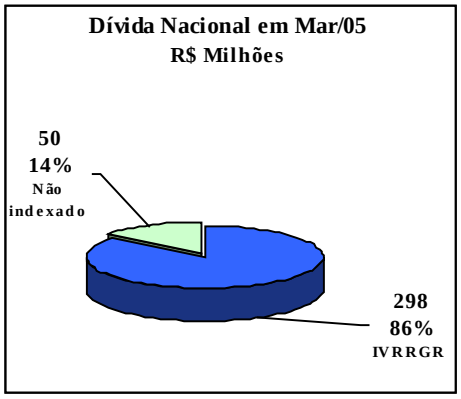
c) O total devido nas respectivas moedas estrangeiras desdobra-se da seguinte forma:

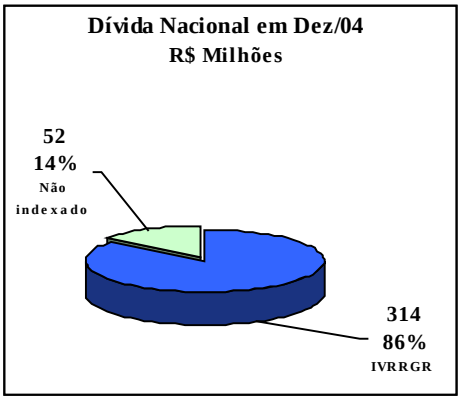




04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

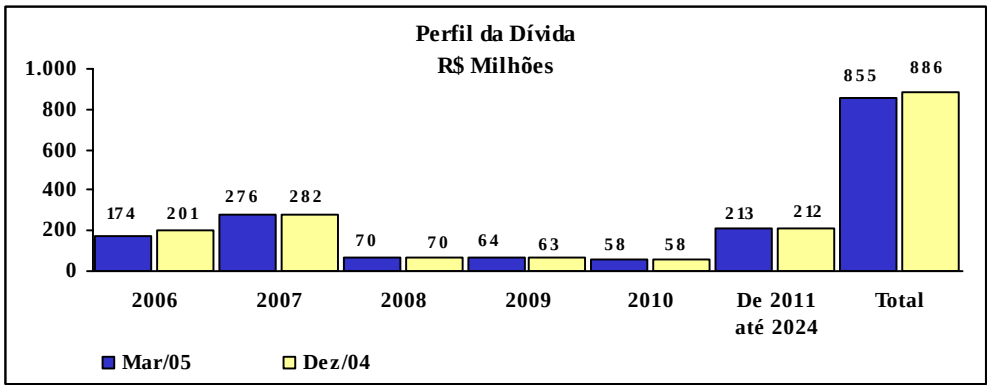
d) O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:





IVRRGR - Índice de Variação Recursos da RGR

e) Os empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo têm seus vencimentos assim programados:



f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Mercado interno

Taxas fixas: 11,90% a 12,00% a.a. (11,90% a 12,00% a.a, no 4º trimestre de 2004)
Taxas flutuantes: 19,71% a.a. (18,18% a.a., no 4º trimestre de 2004)

Mercado externo

Taxas fixas: 6,00% a 8,49% a.a. (6,00% a 8,49% a.a., no 4º trimestre de 2004)
Taxas flutuantes: 2,77% a 9,30% a.a. (2,77% a 9,29% a.a, no 4º trimestre de 2004)

NOTA 12 – PROVISÕES – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31.03.2005		31.12.2004	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisões trabalhistas	7.469	-	8.542	-
Provisão para grandes manutenções	19.910	14.251	15.921	14.653
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	1.467	-
Provisão bônus gerencial	4.000	-	4.000	-
Provisão participação nos lucros ou resultados	6.500	-	6.500	-
Outras	27	612	36	606
	37.906	**14.863**	**36.466**	**15.259**

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

Buscando mensurar adequadamente os resultados dos exercícios sociais futuros, a Companhia adota o registro de provisões para grandes manutenções do parque gerador, com base em plano executivo para preservação das condições de operação das usinas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

	31.03.2005		31.12.2004	
	Longo Prazo	Depósitos Judiciais	Longo Prazo	Depósitos Judiciais
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	19.647	12.190	19.182	11.824
Periculosidade	1.000	512	974	491
Horas extras	718	300	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	710	182	689	179
Horas in itinere	841	193	820	190
Outras	2.124	2.707	2.062	2.408
	25.040	**16.084**	**24.425**	**15.373**
Cíveis				
Fornecedores	31.590	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Ita	1.868	-	1.720	-
Danos emergentes e lucros cessantes	1.374	477	967	-
Doença ocupacional e acidente de trabalho	19.938	-	18.419	-
Outras	2.476	-	2.436	-
	57.246	**477**	**54.562**	**-**
Fiscais				
Contribuição Social	11.595	5.942	11.066	5.034
INSS	19.075	5.641	18.366	5.641
Imposto de renda	-	2.134	-	-
PIS/COFINS	-	1.415	-	-
	30.670	**15.132**	**29.432**	**10.675**
	112.956	**31.693**	**108.419**	**26.048**

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	31.03.2005			31.12.2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	9.539	12.283	21.822	9.261	11.269	20.530
Cíveis	5.288	17.000	22.288	3.618	16.352	19.970
	14.827	**29.283**	**44.110**	**12.879**	**27.621**	**40.500**

NOTA 14 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos atuariais da Companhia são determinados por atuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados.

A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada exclusivamente pela Tractebel Energia.

O Plano de Benefícios administrado pela PREVIG é do tipo *Benefício Definido*, com regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios, a seguir especificados:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Adicionalmente, a Companhia contribui com 1,7825% da folha de salários (percentual ajustado mensalmente por um fator determinado em função da oscilação do número de empregados participantes do Plano) para fins de amortização de reservas relativas a tempo de serviço passado por ela reconhecido, reavaliadas atuarialmente, cujo compromisso encerra-se em dezembro de 2023. O valor dessas contribuições no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 1.436 (R$ 1.313 no 1º trimestre de 2004).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas 1º trimestre de 2005 foi de R$ 466 (R$ 554 no 1º trimestre de 2004).

Além do plano de benefícios retro descrito, a PREVIG passou a administrar outro, do tipo *Contribuição Definida*, encerrando o do tipo *Benefício Definido* para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar –SPC através do Ofício nº 1998 DAJUR/SPC.

Nessa mesma data, a Companhia firmou Convênio de Adesão com a Previg passando a oferecer o plano de *Contribuição Definida* aos seus empregados e dando início ao processo de migração prevista no seu regulamento. A efetiva inscrição de participantes no plano de Contribuição Definida teve início a partir de janeiro em 2005.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o plano de benefícios era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras.

Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convêncio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG, através do Ofício nº 1.755/SPC/GAB/COA.

Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais da ELOS e o valor de responsabilidade da Companhia no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 286 (R$ 230 no 1º trimestre de 2004).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

Taxa de desconto - 12,25% a. a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - 12,50% a. a.
Crescimento salarial futuro
- Participante ativo - 8% a. a.
- Participante autopatrocinado - 6,00% a. a.
Crescimento dos benefícios da previdência social - 6,00% a. a.
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia - 6,00% a. a.
Inflação - 6,00% a. a.
Fator de capacidade
- Salários - 100%
- Benefícios - 100%

Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade (ativos) - GAM 1983, com ajuste de idade de -1
Tábua de Mortalidade de Inválidos - IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez - TASA27
Tábua de Rotatividade - T-1 *Experience*
Idade de Aposentadoria - Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria - 90,00%
Diferença de idade entre participante e cônjuge - Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

% de participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão - 100%
Fator de conversão do SB-40 - 140%

Os valores reconhecidos no exercício de 2005, com efeitos no passivo atuarial líquido apurado em 31.03.2005, estão demonstrados a seguir:

Passivo líquido em 31.12.2004	**250.127**
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado:	
Juros e variações monetárias sobre as obrigações contratadas	3.416
Contribuição da patrocinadora	1.421
Contribuição complementar	491
Complemento de despesas atuariais projetadas para 2005	10.066
	265.521
Amortização de obrigações contratadas	(10.210)
Passivo líquido em 31.03.2005	**255.311**
Classificação do passivo	
Circulante	50.375
Exigível a longo prazo	204.936
	255.311

NOTA 15 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 39.616, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 116.516, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº. 288, de 16.05.2002, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

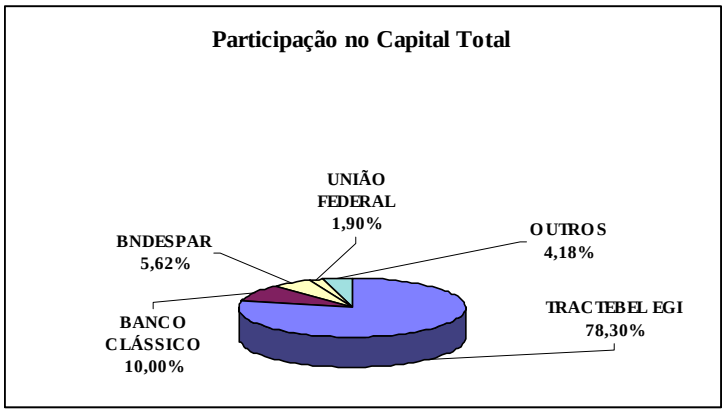
A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária.

b) Capital social subscrito e integralizado

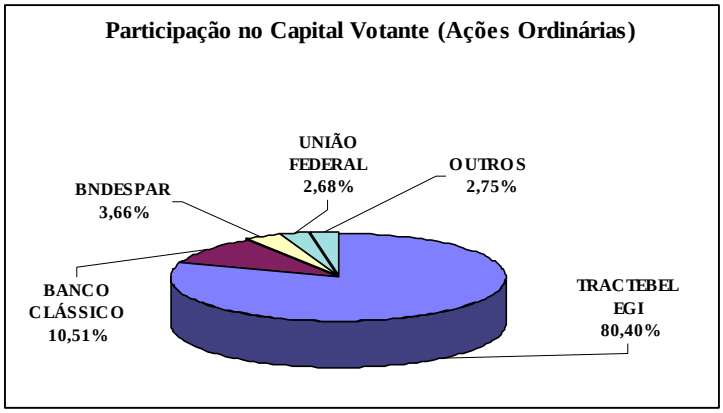
O capital social da Companhia, em 31.03.2005 e 31.12.2004, é de R$ 2.445.766 e está representado por 652.742.193.511 ações, sendo 464.052.075.236 ações ordinárias, 75.069.876 ações preferenciais classe A e 188.615.048.399 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, por lote de mil, em 31.03.2005 é de R$ 4,53 (R$ 4,27 em 31.12.2004).

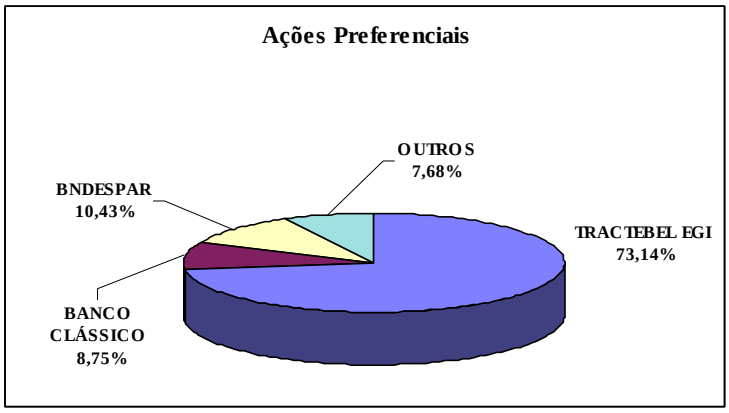
As ações preferenciais não garantem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Essas ações têm prioridade na distribuição de dividendos, à razão de 8%, no caso das ações classe “A” e de 6%, para as de classe “B”, calculados sobre o capital social das respectivas classes de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente. Para ambas as classes de ações, o dividendo será calculado à razão de 3% do valor do patrimônio líquido a elas correspondente, caso tais dividendos sejam maiores que os calculados com base nas taxas retro mencionadas.

O quadro societário da Companhia, em 31.03.2005, está assim constituído:



04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS





	31.03.2005	31.12.2004
c) Composição das reservas		
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	102.252	102.252
Reserva de retenção de lucros	147.243	147.243
	249.495	**249.495**

NOTA 17 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia utiliza operações de arrendamento mercantil para a renovação de seu parque de informática e de sua frota de veículos.

Os contratos atualmente existentes envolvem os seguintes bens:

a) Equipamento de informática

O prazo de arrendamento é de 36 meses e a aquisição dos bens pela arrendatária está contratualmente assegurada pelo valor unitário de R$ 1,00. Existem, em 31.03.2005, 466 microcomputadores contratados (208 em 31.03.2004), representando cerca de 82% do total.

O saldo das contraprestações a pagar, em 31.03.2005, é de R$ 1.101, dos quais R$ 572 vencem nos próximos 12 meses e R$ 529, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 127 (R$ 86 no 1º trimestre de 2004).

b) Frota de veículos

A Companhia tem contrato de arrendamento de 36 veículos, em 31.03.2005. Os contratos tem prazo de 36 meses, estando assegurada, à arrendatária, a aquisição dos bens no término dos contratos pelo valor equivalente a 20% do valor dos bens.

O saldo das contraprestações a pagar, em 31.03.2005, é de R$ 996, dos quais R$ 515 vencem nos próximos 12 meses e R$ 481, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 209 (R$ 86 no 1º trimestre de 2004).

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia tem registrado em seus livros operações de swap de taxa de juros no mercado internacional ficando passiva à taxa fixa média de 5,272% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses, com início de fluência em 15.10.2001 e término em 15.04.2006, com valor de principal de US$ 12.554 mil, equivalente a R$ 33.472 em 31.03.2005, amortizado semestralmente a partir de 15.04.2003. No 1º trimestre de 2005, esta operação gerou despesa de R$ 226 (R$ 420 no 1º trimestre de 2004), devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em novembro de 2004, aproveitando-se da desvalorização do dólar frente ao real, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de swaps no mercado de balcão, utilizando como veículo seu Fundo de Investimentos Exclusivo (ver Nota 3). Os vencimentos das operações de swaps são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa, considerando-se um período de vinte e quatro meses. As operações são registradas na Cetip e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia. As operações com swaps protegem 70% do passivo em moeda externa da Companhia, que somados com o percentual aplicado em títulos públicos federais indexados ao dólar norte americano, permitem uma proteção consolidada de 78,2 % do passivo em moeda externa da Companhia.

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo e nos contratos iniciais de compra e venda de energia, firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

A partir de 2003, com a redução das vendas de energia elétrica vinculadas aos contratos iniciais, conjugado com a entrada em operação de novas usinas, a Companhia deu inicio à ampliação de sua carteira de clientes, focando clientes industriais, os chamados Consumidores Livres. Para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais foi criada, na Companhia, a área de crédito, cujo escopo do trabalho compreende a análise prévia e o estabelecimento, em conjunto com o Comitê de Crédito, de limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 3, a partir deste exercício a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	31.03.2005		31.12.2004	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	714.171	680.177	716.778	699.768
Empréstimos e encargos em moeda nacional	347.860	340.173	366.318	358.058
	1.062.031	**1.020.350**	**1.083.096**	**1.057.826**

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas e com sua controladora indireta, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE ITÁ, pela Companhia, celebrado, no âmbito do Consórcio Itá, em 11.09.1998, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do dólar mais inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro de 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato firmado em 02.01.2003, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.03.2004, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 01.04.2004 a 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, celebrado em 01.04.2004, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Contrato com a Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 02.05.2002, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A. (atual denominação da Tractebel S.A.), sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em AGE realizada em 29.04.2002, tendo o acionista controlador renunciado ao direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim, e cuja eficácia ficou condicionada à aprovação da ANEEL, a qual se deu em 23.04.2003, através do Ofício nº 526/2003-SFF/ANEEL. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS e os serviços executados e respectivos honorários são submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. A primeira revalidação, pelos acionistas minoritários, ocorreu na AGE realizada em 12.04.2004. Na AGE realizada em 07.04.2005, os acionistas decidiram não revalidar o referido contrato.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Controladora							
	31.03.2005							31.12.2004
	Tractebel EGI South America Ltda	CEM	ITASA	Lages	Tractebel Energia Comerc. Ltda	CESS	Total	Total
Ativo								
Contas a receber	658	170	3.463	7.150	5.316	30	**16.787**	**16.531**
Passivo								
Fornecedores	-	29.453	13.608	-	-	-	**43.061**	**42.312**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	432.054	-	-	-	-	-	**432.054**	**432.054**
Resultado								**31.03.2004**
Receita operacional								
Suprimento de Energia	-	-	-	1.163	15.860	-	**17.023**	**54**
Receitas de serviços:								
Administração	-	162	-	25	-	90	**277**	**160**
Operação e manutenção	-	401	2.276	337	-	-	**3.014**	**2.496**
Custo de Energia Elétrica e Serviços								
Compra energia	-	65.730	39.906	-	-	-	**105.636**	**109.104**
Outros	-	-	-	1	-	-	**1**	-
Financeiro								
Receita	-	-	14	-	-	-	**14**	**1.725**

NOTA 20 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.03.2005 totaliza R$ 620.010 (R$ 623.048 em 31.12.2004).

A ITASA, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos acima citados, deu as seguintes garantias ao BNDES e aos Agentes Financeiros: a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; e b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações nº 98.2.654.3.1 e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 98.2.654.3.3, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES, o primeiro em 19.05.1999, e aditado em 25.05.1999, e o segundo em 05.04.2000. Também é interveniente no Contrato de Empréstimo n° 1260/OC/BR firmado em 08.12.2000 e aditado em 06.03.2001, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo assumido, com ambos os agentes financeiros, as seguintes principais obrigações em relação aos contratos:

garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;

ceder ao BNDES e ao BID quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES e ao BID, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.03.2005 totaliza R$ 552.724 (R$ 558.525 em 31.12.2004).

A CEM cedeu os recebíveis decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em 25.07.2003, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.03.2005 totaliza R$ 48.313 (R$ 48.743 em 31.12.2004).

A Lages Bioenergética, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato acima citado, cedeu em garantia os recebíveis decorrentes da comercialização da energia elétrica proveniente da Unidade de Co-geração.

NOTA 21 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos com sociedades controladas e com a controladora indireta citados na Nota 19, a Companhia possui direitos e compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 20 de agosto de 1998, assinou o Contrato de Conexão com a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, com vigência a partir de 1º de setembro de 1998.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia firmou contrato de uso do sistema de transmissão, de acordo com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, com a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, garantindo o uso da Rede Básica para entrega da energia elétrica vendida através dos Contratos Iniciais. O contrato tem vigência a partir de 1º de setembro de 1998 e os encargos decorrentes serão integralmente atribuídos às concessionárias de distribuição, conforme Resolução ANEEL nº 248, de 07 de agosto de 1998, não representando, portanto, ônus para a Companhia.

Para atender os contratos de venda da energia elétrica liberada dos Contratos Iniciais e da energia elétrica oriunda das usinas que entraram em operação comercial a partir de 01.01.2002, a Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, através dos quais assumiu 75% dos custos de transmissão, ficando os 25% restantes sob a responsabilidade das concessionárias distribuidoras. Os custos, para a Companhia, totalizaram R$ 23.180 no 1º trimestre de 2005 (R$ 17.001 no 1º trimestre de 2004).

c) Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica

A Companhia celebrou, com base na Lei 9.648/98, artigo 10 e nas normas do GCOI, os Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica com as concessionárias abaixo relacionadas, os quais estão sendo reduzidos em 25% ao ano, a partir de 2003, até a completa extinção em 31.12.2005. As quantidades abaixo indicadas referem-se aos saldos contratuais para suprimento no período de 01.04.2005 a 31.12.2005:

- Rio Grande Energia S.A. – RGE: – Total de 557.700 MWh;
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: – Total de 1.925.550 MWh;
- Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE: – Total de 202.950 MWh;
- Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL: – Total de 465.300 MWh;
- Furnas Centrais Elétricas S.A.: – Total de 862.950 MWh;
- AES Sul – Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.: – Total de 648.450 MWh.

d) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

A energia não comprometida com os Contratos Iniciais, inclusive a que está sendo liberada daqueles contratos a partir de 2003, vem sendo contratada com empresas distribuidoras e consumidores livres. Desta forma, a Companhia possui, entre outros, os seguintes principais contratos para venda de energia elétrica:

- Rio Grande Energia S.A. – RGE: Período de 01.04.2005 a 31.12.2014 – Total de 33.560.896 MWh;
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: Período de 01.04.2005 a 31.12.2008 - Total de 22.606.882 MWh;
- Companhia Paulista de Força e Luz: Período de 01.04.2005 a 31.12.2010 – Total de 9.604.679 MWh;
- Companhia Piratininga de Força e Luz: Período de 01.04.2005 a 31.12.2010 – Montante global de 5.628.335 MWh;
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: Período de 01.04.2005 a 31.12.2007 – Total de 362.160 MWh;
- Light Serviços de Eletricidade S.A.: Período de 01.04.2005 a 31.12.2005 – Total de 79.200 MWh; e 01.04.2005 a 31.12.2007 – Total de 917.472 MWh;
- Comercializadoras: O total global dos contratos com concessionárias comercializadoras, referente ao período de 01.04.2005 a 31.12.2007 é de 9.765.298 MWh, de 01.04.2005 a 31.12.2010 é de 6.754.497 MWh e de 01.04.2005 a 31.12.2014 é de 9.858.509 MWh;
- Consumidores Livres: Os contratos com clientes Consumidores Livres, para o período de 01.04.2005 a 31.12.2007, totalizam 8.380.298 MWh; de 01.04.2005 a 31.12.2010, 6.016.653 MWh e de 01.04.2005 a 31.12.2012, 6.810.356 MWh.

e) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL.

f) Compra de gás natural

Em 10 de novembro de 2000, a Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de 5 anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS.

g) Revitalização dos geradores da Usina Hidrelétrica Salto Osório

Em 19 de dezembro de 2003, a Companhia celebrou contrato com a GE Hyidro Inepar do Brasil S.A., com vigência de quatro anos, para a reforma geral das seis unidades geradoras da UHE Salto Osório.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Emissão pública de debêntures

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07.04.2005, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública, composta por 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10, sendo que as debêntures da 1ª série terão vencimento fixado em 2 de maio de 2010 e as da 2ª série, em 2 de maio de 2011, perfazendo, na data de emissão, qual seja, 2 de maio de 2005, o montante total de R$ 200.000.

Os coordenadores da distribuição pública das debêntures realizarão procedimento de bookbuilding para verificação, junto aos investidores interessados, da demanda pelas debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, o qual resultará na definição (i) das taxas finais da remuneração das debêntures da 1ª série e das debêntures da 2ª série e (ii) da quantidade de debêntures a ser alocada em cada uma das séries. As debêntures da 1ª série serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário atualizado, a partir da data de emissão. As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração equivalente a um percentual sobre a acumulação das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional.

A remuneração das debêntures da 1ª série será devida anualmente, sempre no dia 2 de maio, sendo que o primeiro pagamento será realizado no dia 02.05.2006 e o último, no dia 02.05.2010. A remuneração das debêntures da 2ª série será devida semestralmente, sempre no dia 2 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento será devido no dia 02.11.2005 e o último em 02.05.2011.

A emissão somente será concluída mediante distribuição total das debêntures. Os recursos obtidos por meio da Oferta destinar-se-ão ao pagamento antecipado de dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia e/ou de quaisquer de suas subsidiárias.

O pedido de registro da Oferta encontra-se sob análise da CVM.

b) Grupamento das ações de emissão da Companhia

Na mesma AGE referida no item anterior, foi, também, aprovado o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, bem como a relação de ações por ADR - American Depositary Receipt, que será de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR.

Os acionistas detentores de quantidade de ações que não seja múltipla de 1.000 poderão ajustar suas respectivas posições acionárias, por espécie e classe, no período de 08 de abril de 2005 a 09 de maio de 2005. Para este fim, o acionista controlador, Tractebel EGI South América Ltda., doará as frações complementares aos acionistas que se manifestarem, através de correspondência para: (a) acionistas com ações depositadas no Banco Itaú S.A., nos endereços abaixo indicados; (b) acionistas com ações custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custória – CBLC, junto aos seus agentes de custódia.

Endereços do Banco Itaú para correspondência:
- SCS Quadra 3 – Edif. D´Angela, 30, Bloco A, Sobreloja – Centro – Brasília – DF – CEP 70300-500
- Av. João Pinheiro, 195 – Térreo – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30130-180
- Rua João Negrão, 65 – Sobreloja – Centro – Curitiba – PR – CEP 80010-200
- Rua Sete de Setembro, 746 – Térreo – Centro – Porto Alegre – RS – CEP 90010-190
- Rua Sete de Setembro, 99 – Subsolo – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20050-005
- Rua Boa Vista, 176 – 1º SUBSOLO – Centro – São Paulo – SP – CEP 01092-900
- Av. Estados Unidos, 50 – 2º andar – Comércio – Salvador – BA – CEP 40020-010

As ações da Companhia passarão a ser negociadas de forma agrupada, a partir do dia 23.05.2005, cotadas unitariamente e com novo lote padrão de 100 ações.

Concomitantemente com essa operação no Brasil, a relação de ações por ADR no mercado americano também será alterada, passando a ser de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR, de forma que o grupamento passará a vigorar na mesma data do Brasil, ou seja, em 23.05.2005.

c) Distribuição de dividendos

Em 09.12.2004, o Conselho de Administração da Companhia aprovou crédito de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 255.000, correspondentes a R$ 0,465589 por lote de mil ações PNA e a R$ 0,390651 por lote de mil ações PNB e ON, devendo o referido valor, líquido de imposto de renda na fonte, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme Aviso aos Acionistas publicado em 10.12.2004.

Juntamente com a AGE realizada em 07.04.2005, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária para, dentre outros assuntos constantes da Ordem do Dia, aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2004 e a distribuição de dividendos. Foi aprovada a proposta de dividendos consubstanciada nas demonstrações financeiras, no valor de R$ 590.032, assim composto: (i) Juros sobre o Capital Próprio, líquidos de IRRF, creditados em dezembro de 2004, no valor total de R$ 216.750; (ii) Dividendos complementares – R$ 335.032, correspondentes a R$

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

0,513269 por lote de mil ações PNA, PNB e ON; (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte relativo aos Juros sobre o Capital Próprio creditados em 2004 – R$ 38.250.

Desta forma, no dia 20.04.2005, a Companhia pagará os juros sobre o capital próprio (líquidos de IRRF) e os dividendos, conforme acima descrito, sendo os JCP com base na posição acionária de 14.12.2004 e os dividendos, com base na posição acionária de 07.04.2005.

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr (Presidente)
Jan Franciscus María Flachet (Vice-Presidente)
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Manoel Arlindo Zaroni Torres
Dirk Beeuwsaert
Nicolas Alain Marie Tissot
Luiz Antônio Barbosa

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Jacques Zelie Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e
Diretor de Implantação de Projetos

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Departamento de Contabilidade

Waltamir Barreiros
Contador – CRC SC 008283/O-8

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2005 foi de R$ 172.227, superior em 36,35% ao apurado no mesmo período do ano de 2004, que foi de R$ 126.317.

Os principais componentes do resultado, com as respectivas evoluções, estão, a seguir, comentados.

Receita líquida das vendas e dos serviços. Aumentaram 18,08%, passando de R$ 525.705 no 1º trimestre de 2004 para R$ 620.749 neste trimestre. Este aumento decorre, substancialmente, dos seguintes fatos:

- Os preços da energia elétrica vendida nos contratos iniciais e nos contratos bilaterais, em vigor, foram reajustados pelo IGP-M;
- A energia elétrica liberada dos contratos iniciais, que vem sendo descontratada na razão de 25% ao ano, foi vendida a distribuidoras, comercializadoras e consumidores industriais a preços superiores àqueles anteriormente contratados;
- A Companhia exportou energia elétrica para a Uruguai, com incremento de receita no valor de R$ 16.904, fato não existente no 1º trimestre do ano anterior;
- Em virtude da estiagem que atingiu fortemente a região Sul, a geração térmica teve grande demanda com reflexos nos custos de combustíveis fósseis do 1º trimestre de 2005, os quais são reembolsados com recursos da CCC e CDE. A prática contábil do Setor Elétrica considera o registro do consumo nos custos da geradora e, concomitantemente, o reconhecimento da receita de subvenção, de mesmo valor, afetando a rubrica em análise. Tal subvenção, antes de computar o PIS e a COFINS, aumentou 114,31%, passando de R$ 45.320 no 1º trimestre de 2004 para R$ 97.124, neste trimestre;
- Em sentido oposto, os tributos sobre as vendas aumentaram 129,63% em relação ao 1º trimestre de 2004, elevando-se de R$ 33.224 para R$ 76.293, com impacto negativo na receita líquida. Este importante aumento deve-se ao fato de que no 1º trimestre de 2004 parcela substancial das vendas foi tributada pelo PIS/COFINS pela alíquota de 3,65%, já que os respectivos contratos permaneciam na tributação cumulativa, por terem sido firmados anteriormente a 31.10.2003 e possuírem preços predeterminados. Com a edição da IN 468/2004, da Secretaria da Receita Federal, todos os contratos de venda de energia elétrica da Companhia passaram para o regime de tributação não-cumulativa, com elevação da alíquota para 9,25%.

Custo das vendas e dos serviços. O custo das vendas e dos serviços aumentou 14,39%, de R$ 290.980 no 1º trimestre de 2004 para R$ 332.863 neste trimestre. Esta variação decorre do comportamento dos seguintes principais componentes:

Custos	1º Trim/05	1º Trim/04	Variação(%)
Pessoal, material e serviços de terceiros	26.872	22.208	21,00
Combustíveis fósseis com reembolso	97.000	44.468	118,13
Combustíveis fósseis sem reembolso	29.859	1.054	2.732,92
Energia elétrica compra para revenda	114.439	177.974	-35,70
Reversão de provisões operacionais	-3.294	-13.990	76,45
Soma	*264.876*	*231.714*	*14,31*

Informações adicionais sobre os custos relacionados na tabela acima:

- Na rubrica "Pessoal, material e serviços de terceiros", além dos reajustes contratuais, houve acréscimo substancial nos custos com serviços de terceiros, motivado por manutenções extraordinárias, principalmente nas usinas William Arjona e Salto Osório;
- Combustíveis fósseis *com* reembolso da CCC/CDE: conforme comentado acima na análise das receitas líquidas, o consumo de combustível é registrado em custos, em contrapartida com receita de subvenção e o aumento verificado decorre da maior necessidade de geração térmica, provocada pela estiagem na região Sul;
- Combustíveis fósseis *sem* reembolso da CCC/CDE: O consumo de combustível registrado neste item, cujo aumento foi de 2.732,92% em relação ao 1º trimestre de 2004, refere-se a carvão mineral utilizado na geração térmica de energia elétrica para exportação e, principalmente, a gás natural utilizado na UTE William Arjona, este último no valor de R$ 20.049. A partir do mês de janeiro de 2005 as unidades 4 e 5 daquela UTE foram disponibilizadas para despacho do ONS, conforme divulgado na Nota 9 do quadro 04.01, enquanto durante o contrato com a CBEE o despacho ocorria somente em situações emergenciais. Além disto, a partir deste ano, o suprimento de energia elétrica a Campo Grande está sendo feito, prioritariamente, por despacho da UTE William Arjona, diferentemente de anos anteriores em que ocorria expressiva importação de outros Estados.
- Energia elétrica comprada para revenda: a redução verificada deve-se, basicamente, aos 3 fatores a seguir comentados: (a) *Transações no âmbito do MAE/CCEE* – As operações no mercado spot resultaram em compra no 1º trimestre de 2004, no valor de R$ 47.132, diferentemente do 1º trimestre de 2005, em que a Companhia registrou venda naquele mercado; (b) *Crédito de PIS/COFINS sobre as aquisições* – conforme comentado na análise da receita líquida, no 1º trimestre de 2004 parcela substancial dos contratos de venda de energia elétrica enquadrava-se no regime de tributação cumulativa, cuja alíquota era de 3,65%, o mesmo não ocorrendo em 2005. Este fato fez com que os créditos de PIS/COFINS sobre as compras também se modificassem substancialmente, já que os mesmos seguem a proporção verificada nos regimes de tributação das receitas. Desta forma, os créditos reduziram os custos com as compras em R$ 2.518, no 1º trimestre de 2004, enquanto em 2005 a redução foi de R$ 11.785; (c) *Término de reajuste extraordinário* - o 1º trimestre de 2004 contempla o valor de R$ 13.910, faturado pela ITASA contra a Companhia, em decorrência de reajustes extraordinários temporários concedidos àquela controlada para fazer face à sua exposição no MAE no período de racionamento. O ônus desta exposição foi provisionado em 2002, cuja provisão é revertida na medida em que o reajuste extraordinário é faturado pela ITASA. Os reajustes extraordinários foram concedidos em relação aos dois contratos existentes entre as partes, sendo um de 61 MW médios e outro de 167 MW médios. Já no presente trimestre, somente o faturamento do mês de janeiro continha parte do reajuste, em relação ao contrato de 61 MW médios, em face do término de suas vigências. Desta forma, o impacto de tais reajustes no 1º trimestre de 2005 foi de somente R$ 1.517, resultando em uma redução de R$ 12.393 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ajustando-se os custos incorridos com a compra de energia elétrica, em função das diferenças retro referidas, os valores seriam de R$ 119.450 no 1º trimestre de 2004 e de R$ 124.707 no 1º trimestre de 2005, representando um acréscimo de 4,4%, basicamente, em função de reajustes contratuais.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Reversão de provisões operacionais: o valor registrado no 1º trimestre de 2004 refere-se, basicamente, a reversão de provisão para fazer face à exposição da ITASA no MAE, em virtude do faturamento de reajustes extraordinários efetuado pela referida controlada, conforme letra (c) do item anterior. As reversões ocorridas no presente trimestre referem-se às seguintes provisões anteriormente constituídas: (i) Exposição da ITASA no MAE, referente ao último faturamento de reajuste extraordinário ocorrido em janeiro de 2005 – R$ 1.467; (ii) reversão da amortização acelerada das unidades 4 e 5 da UTE William Arjona, no valor de R$ 835, em decorrência da depreciação regular registrada no trimestre (vide Nota 9 do quadro 04.01); e (iii) reversão de provisão para manutenção programada, que ocorre concomitantemente com os gastos definitivos registrados nas devidas naturezas de despesas – R$ 992. Como se verifica, todas estas reversões ocorreram em razão do registro definitivo das despesas nas contas adequadas e, portanto, não afetaram o resultado final da Companhia.

No contexto acima, onde se verificou aumento da receita líquida das vendas e dos serviços em níveis superiores aos dos respectivos custos, ou seja, 18,08% e 14,39%, respectivamente, o Lucro Bruto aumentou 22,65%, passando de R$ 234.725 para R$ 287.886. Como conseqüência, a margem bruta cresceu 1,73 p.p., passando de 44,65% no 1º trimestre de 2004 para 46,38% no mesmo período deste ano.

Despesas com vendas, gerais e Administrativas. Estas despesas totalizam R$ 47.025 no 1º trimestre de 2004 e R$ 59.413 no mesmo período de 2005, apresentando um acréscimo de 26,34%. Este acréscimo decorre, principalmente, do aumento dos encargos de uso da rede elétrica, que passou de R$ 18.757 para R$ 26.362, correspondente a 40,54%, motivado pelo aumento real nos custos de transmissão e maior disponibilidade de energia elétrica para venda em contratos bilaterais, enquanto os contratos iniciais tinham encargos de transmissão reduzidos.

Resultado Financeiro Líquido. O resultado financeiro líquido está sintetizado nas seguintes receitas e (despesas):

Rubrica	1ºTrim/05	1º Trim/04	Variação(%)
Receitas			
Rendas de aplicações financeiras	9.785	12.423	-21,23
V.M. e juros de contas a receber	2.433	11.700	-79,21
Soma	*12.218*	*24.123*	*-49,35*
Despesas			
Encargos de dívidas	(22.389)	(25.819)	-13,28
Variação monetária de dívidas	8.232	(1.967)	-
Encargos sobre tributos e contrib. sociais	(7.145)	(80)	8.831,25
Outras	(9.866)	(13.072)	-24,53
Soma	*(31.168)*	*(40.938)*	*23,87*
Resultado financeiro líquido	*(18.950)*	*(16.815)*	*12,70*

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Informações adicionais sobre os itens constantes da tabela acima:

- Nas receitas, a redução de 79,21% ocorrida nas variações monetárias e juros de contas a receber, deve-se ao fato de que no 1º trimestre de 2004 foram reconhecidos valores retroativos a 30.12.2002 e 03.07.2003, no valor de R$ 4.488, referente a encargos moratórios de créditos decorrentes de transações no âmbito do MAE (atualmente, CCEE) pactuados para recebimento a partir de janeiro de 2004;
- A variação monetária de dívidas, refere-se a variação cambial de empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras, cujo comportamento, abaixo demonstrado, modificou completamente o resultado desta rubrica, passando de despesa em 2004 para receita em 2005:

Moeda	1º Trimestre de 2005		1º Trimestre de 2004	
	Perfil da dívida (%)	Variação moeda (%)	Perfil da dívida (%)	Variação moeda (%)
USD	62,45	0,44	62,40	0,67
GBP	8,11	(1,57)	9,83	3,60
EUR	29,44	(4,40)	27,77	(1,85)
	100,00		100,00	
Média Ponderada	-	(1,18)	-	0,25

- Os encargos sobre tributos e contribuições sociais do 1º trimestre de 2005 referem-se, basicamente, a juros e variações monetárias de créditos fiscais registrados e compensados anteriormente a 2003, que no presente trimestre foram recolhidos à receita federal e reconhecidos no resultado.

Principais indicadores

A tabela abaixo fornece outros indicadores, além dos acima comentados, por si só explicativos.

a) Indicadores de resultado

Indicadores	**1º Trimestre 2005**	**1º Trimestre 2004**	**%**
Receitas operacionais líquidas	620.749	525.705	18,08
Lucro bruto	287.886	234.725	22,65
Margem bruta	46,38%	44,65%	1,73 p.p
Lajida (Ebitda) (1)	304.102	242.857	25,22
Resultado do serviço	230.161	189.387	21,53
Resultado financeiro	(18.950)	(16.815)	12,69
Resultado operacional	243.012	184.109	31,99
Lucro líquido do período	172.227	126.317	36,34
Margem líquida	27,74%	24,03%	3,71 p.p

(1) Lajida (Ebitda): Lucro Operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização + amortização de ágio.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

b) Indicadores financeiros

Indicadores	31.03.2005	31.12.2004	%
Ativos totais	5.249.014	5.132.553	2,27
Dívidas em moeda estrangeira	714.171	716.778	(0,36)
Dívidas em moeda nacional	347.860	366.318	(5,04)
Patrimônio líquido	2.959.183	2.786.956	6,18

Faturamento de energia elétrica

DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA				
	1º TRIM/05		1º TRIM/04	
	ENERGIA (MWh)	DEMANDA (MWh)	ENERGIA (MWh)	DEMANDA (MWh)
Contratos Iniciais	1.630.181	2.689	3.145.265	5.376
Contratos Bilaterais	5.275.625	-	3.570.650	190
Exportação	134.478			
Total	**7.040.284**	**2.689**	**6.715.915**	**5.566**

Geração bruta de energia elétrica

a) Geração hidráulica

GERAÇÃO HIDRÁULICA BRUTA			
VALORES EM MWh			% VARIAÇÃO
USINA	1º TRIM/05	1º TRIM/04	TRIMESTRE
UHE Passo Fundo	245.473	204.114	20,26
UHE Salto Osório	1.222.025	1.191.822	2,53
UHE Salto Santiago	1.794.020	1.813.171	(1,06)
UHE Ita	726.460	1.191.516	(39,03)
UHE Machadinho	532.179	828.119	(35,74)
Total	**4.520.157**	**5.228.742**	**(13,55)**

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A UHE Itá é explorada em consórcio com a Itá Energética S.A. - ITASA, que tem direito a 60,5% da energia assegurada da usina.

A UHE Machadinho é explorada em consórcio, sendo que a Tractebel Energia tem participação de 16,94% da energia assegurada da usina.

b) Geração térmica

GERAÇÃO TÉRMICA BRUTA			
VALORES EM MWh			% VARIAÇÃO
USINA	1º TRIM/05	1º TRIM/04	TRIMESTRE
UTE Alegrete	295	293	0,68
UTE Charqueadas	57.007	28.083	102,99
UTE Arjona	186.471	176.822	5,46
Complexo Jorge Lacerda	1.204.338	903.914	33,24
Total	**1.448.111**	**1.109.112**	**30,56**

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2005	4 - 31/12/2004
1	Ativo Total	6.348.106	6.205.152
1.01	Ativo Circulante	1.365.567	1.193.414
1.01.01	Disponibilidades	13.242	7.710
1.01.01.01	Numerário Disponível	13.242	7.710
1.01.02	Créditos	1.227.751	977.547
1.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	853.708	651.704
1.01.02.02	(-) Prov.p/Perdas em Aplic.Financeiras	(17.427)	(17.427)
1.01.02.03	Consumidores, Concess. e Permissionárias	467.178	412.272
1.01.02.04	(-) Prov. p/Créditos de Liq. Duvidosa	(131.625)	(131.625)
1.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados - CCEE	10.788	10.427
1.01.02.06	Devedores Diversos - Conc.Energia Elétr.	8.367	7.809
1.01.02.07	Adiantamentos a Fornecedores	5.143	8.849
1.01.02.08	Créditos da Cta Cons.Combustível-CCC/CDE	31.619	35.538
1.01.03	Estoques	13.613	13.610
1.01.04	Outros	110.961	194.547
1.01.04.01	Alienações, Desativ., Serv.e Disp.Reemb.	6.148	8.050
1.01.04.02	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	48.090	107.684
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas Recup.Créd. ICMS	(33.457)	(32.977)
1.01.04.04	Despesas Pagas Antecipadamente	6.763	5.800
1.01.04.05	Ativo Fiscal Diferido	75.880	98.173
1.01.04.06	Outros	7.537	7.817
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	391.021	371.741
1.02.01	Créditos Diversos	94.012	96.345
1.02.01.01	Concessionárias e Permissionárias	12.962	14.920
1.02.01.02	Devedores Diversos - Conc.Energia Eletr.	15.210	16.572
1.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	36.101	35.550
1.02.01.04	Alienação de Bens e Direitos	29.739	29.303
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	297.009	275.396
1.02.03.01	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	8.801	8.684
1.02.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	47.858	53.536
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	31.695	26.050
1.02.03.04	Ativo Fiscal Diferido	205.982	186.643
1.02.03.05	Despesas Pagas Antecipadamente	2.190	0
1.02.03.06	Outros	483	483
1.03	Ativo Permanente	4.591.518	4.639.997
1.03.01	Investimentos	48.678	50.365
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2005	4 -31/12/2004
1.03.01.02	Participações em Controladas	46.562	48.249
1.03.01.02.01	Ágio	46.562	48.249
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.116	2.116
1.03.01.03.01	Bens e Direitos p/Uso Futuro - Terrenos	1.742	1.742
1.03.01.03.02	Outros	374	374
1.03.02	Imobilizado	4.491.942	4.536.430
1.03.03	Diferido	50.898	53.202

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2005	4 - 31/12/2004
2	Passivo Total	6.348.106	6.205.152
2.01	Passivo Circulante	1.236.618	1.233.257
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	292.194	277.712
2.01.01.01	Principal	270.709	265.410
2.01.01.02	Encargos	21.485	12.302
2.01.02	Debêntures	28.871	23.360
2.01.02.01	Principal	19.846	18.599
2.01.02.02	Encargos	9.025	4.761
2.01.03	Fornecedores	130.437	117.286
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	66.973	75.876
2.01.04.01	Tributos e Contrib. Sociais Correntes	65.986	74.897
2.01.04.02	Tributos e Contrib. Sociais Parcelados	987	979
2.01.05	Dividendos a Pagar	553.045	553.045
2.01.05.01	Dividendos Prop.Juros s/Capital Próprio	553.045	553.045
2.01.06	Provisões	38.734	37.271
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	38.003	36.540
2.01.06.02	Contingências	731	731
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	126.364	148.707
2.01.08.01	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	11.060	13.757
2.01.08.02	Benefícios Pós-Emprego	50.375	51.619
2.01.08.03	Passivo Fiscal Diferido	39.616	39.616
2.01.08.04	Concessões a Pagar	1.619	1.472
2.01.08.05	Operações com Derivativos	11.337	28.002
2.01.08.06	Outras	12.357	14.241
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.152.305	2.184.939
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.489.870	1.539.409
2.02.01.01	Principal	1.489.870	1.539.409
2.02.02	Debêntures	154.389	153.619
2.02.03	Provisões	130.189	125.970
2.02.03.01	Obrigações Estimadas	17.007	17.333
2.02.03.02	Contingências	113.182	108.637
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	377.857	365.941
2.02.05.01	Tributos e Contrib. Sociais Parcelados	6.825	7.016
2.02.05.02	Concessões a Pagar	166.096	160.417
2.02.05.03	Benefícios Pós-Emprego	204.936	198.508
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.959.183	2.786.956
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2005	4 -31/12/2004
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	249.495	249.495
2.05.04.01	Legal	102.252	102.252
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	147.243	147.243
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.227	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	784.312	784.312	577.184	577.184
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	561.148	561.148	443.479	443.479
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	122.595	122.595	85.190	85.190
3.01.03	Subvenção Combustível - CCC/CDE	97.124	97.124	45.320	45.320
3.01.04	Serviço Prestado	1.257	1.257	1.096	1.096
3.01.05	Venda de Cinzas	1.470	1.470	1.987	1.987
3.01.06	Outras	718	718	112	112
3.02	Deduções da Receita Bruta	(83.751)	(83.751)	(40.506)	(40.506)
3.02.01	Impostos e Contribuições	(82.768)	(82.768)	(38.991)	(38.991)
3.02.02	Repasse - CCC/CDE - Vendas de Cinzas	(983)	(983)	(1.515)	(1.515)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	700.561	700.561	536.678	536.678
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(314.363)	(314.363)	(233.006)	(233.006)
3.04.01	Pessoal	(15.684)	(15.684)	(15.027)	(15.027)
3.04.02	Material	(3.982)	(3.982)	(2.163)	(2.163)
3.04.03	Serviço de Terceiro	(8.905)	(8.905)	(5.902)	(5.902)
3.04.04	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica-CCC/CDE	(97.000)	(97.000)	(44.468)	(44.468)
3.04.05	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica	(30.320)	(30.320)	(1.054)	(1.054)
3.04.06	Compens.Financ.p/Utiliz.Rec. Hídricos	(14.286)	(14.286)	(13.488)	(13.488)
3.04.07	Depreciação / Amortização	(50.617)	(50.617)	(49.886)	(49.886)
3.04.08	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	(79.828)	(79.828)	(105.339)	(105.339)
3.04.09	Uso de Bem Público - UBP	(1.282)	(1.282)	(1.166)	(1.166)
3.04.10	Constituição de Provisões Operacionais	(4.630)	(4.630)	(7.786)	(7.786)
3.04.11	Reversão de Provisões Operacionais	3.307	3.307	13.990	13.990
3.04.12	Seguros	(2.392)	(2.392)	(2.361)	(2.361)
3.04.13	Outras	(8.744)	(8.744)	1.644	1.644
3.05	Resultado Bruto	386.198	386.198	303.672	303.672
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(127.184)	(127.184)	(111.832)	(111.832)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.06.01	Com Vendas	(47.019)	(47.019)	(28.125)	(28.125)
3.06.01.01	Pessoal	(1.053)	(1.053)	(898)	(898)
3.06.01.02	Serviço de Terceiro	(412)	(412)	(263)	(263)
3.06.01.03	Encargos de Uso da Rede Elétrica	(44.768)	(44.768)	(25.787)	(25.787)
3.06.01.04	Outras	(786)	(786)	(1.177)	(1.177)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(34.037)	(34.037)	(29.580)	(29.580)
3.06.02.01	Pessoal	(7.415)	(7.415)	(6.664)	(6.664)
3.06.02.02	Serviço de Terceiro	(4.369)	(4.369)	(4.026)	(4.026)
3.06.02.03	Depreciação / Amortização	(2.141)	(2.141)	(2.222)	(2.222)
3.06.02.04	Constituição de Provisões Operacionais	(13.381)	(13.381)	(9.951)	(9.951)
3.06.02.05	Reversão de Provisões Operacionais	5.967	5.967	7.224	7.224
3.06.02.06	Taxa de Fiscalização	(2.187)	(2.187)	(1.796)	(1.796)
3.06.02.07	Previdência Privada - SB-40	(4.571)	(4.571)	(5.977)	(5.977)
3.06.02.08	Amortização de Ágio na Partic.Empresas	(1.687)	(1.687)	(1.687)	(1.687)
3.06.02.09	Outras	(4.253)	(4.253)	(4.481)	(4.481)
3.06.03	Financeiras	(46.128)	(46.128)	(54.127)	(54.127)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.457	21.457	29.058	29.058
3.06.03.01.01	Rendas de Aplicações Financeiras	16.879	16.879	16.442	16.442
3.06.03.01.02	Variação Monetária	2.900	2.900	4.053	4.053
3.06.03.01.03	Outras	1.678	1.678	8.563	8.563
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(67.585)	(67.585)	(83.185)	(83.185)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(39.678)	(39.678)	(47.014)	(47.014)
3.06.03.02.02	Encargos de Debêntures	(5.099)	(5.099)	(5.569)	(5.569)
3.06.03.02.03	Encargos/Reversão Enc. s/Prov.Operac.	(2.278)	(2.278)	(1.516)	(1.516)
3.06.03.02.04	Encargos s/Obrig.Contr. Fundação ELOS	(1.606)	(1.606)	(1.773)	(1.773)
3.06.03.02.05	Encargos s/Concessão ANEEL	(3.775)	(3.775)	(3.087)	(3.087)
3.06.03.02.06	Encargos s/Adiantamentos de Clientes	0	0	(1.454)	(1.454)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.06.03.02.07	Provisão p/Desv.de Títulos e Vlrs Mobil.	0	0	(1.059)	(1.059)
3.06.03.02.08	Encargos s/Tributos e Contrib. Sociais	(7.145)	(7.145)	(80)	(80)
3.06.03.02.09	Variação Monetária s/Empr.Financiamentos	5.044	5.044	(6.696)	(6.696)
3.06.03.02.10	Variação Monetária - Debêntures	(1.180)	(1.180)	(2.089)	(2.089)
3.06.03.02.11	Var.Monet.s/Prov./Rev.Provisões Operac.	(1.338)	(1.338)	(1.211)	(1.211)
3.06.03.02.12	Var.Monet.s/Obrig.Contr.Fundação ELOS	(1.810)	(1.810)	(1.800)	(1.800)
3.06.03.02.13	Var. Monet. s/Concessão ANEEL	(2.416)	(2.416)	(3.051)	(3.051)
3.06.03.02.14	Variação Monetária - Outras	216	216	(658)	(658)
3.06.03.02.15	Outras	(6.520)	(6.520)	(6.128)	(6.128)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	259.014	259.014	191.840	191.840
3.08	Resultado Não Operacional	(58)	(58)	(2)	(2)
3.08.01	Receitas	28	28	0	0
3.08.02	Despesas	(86)	(86)	(2)	(2)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	258.956	258.956	191.838	191.838
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(83.777)	(83.777)	(58.682)	(58.682)
3.10.01	Contribuição Social	(17.925)	(17.925)	(12.250)	(12.250)
3.10.02	Imposto de Renda	(65.852)	(65.852)	(46.432)	(46.432)
3.11	IR Diferido	(2.952)	(2.952)	(6.839)	(6.839)
3.11.01	Contribuição Social	(5.181)	(5.181)	(5.216)	(5.216)
3.11.02	Imposto de Renda	2.229	2.229	(1.623)	(1.623)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/03/2005	4 - 01/01/2005 a 31/03/2005	5 - 01/01/2004 a 31/03/2004	6 - 01/01/2004 a 31/03/2004
3.14	Participações Minoritárias	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	172.227	172.227	126.317	126.317
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	652.742.193	652.742.193	652.742.193	652.742.193
	LUCRO POR AÇÃO	0,00026	0,00026	0,00019	0,00019
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as variações patrimoniais da Controladora e de suas controladas ITASA, CEM, Tractebel Energia Comercializadora e Lages Bioenergética, porquanto a controlada Delta Energética S.A. não desenvolveu atividades operacionais nos trimestres em análise.

Desta forma, adicionalmente aos comentários sobre o desempenho da Controladora, apresentados no quadro 05.01, o desempenho das referidas controladas está sintetizado a seguir:

a) ITASA

Controlada	1º Trimestre 2005	1º Trimestre 2004	Variação (%)
Receita líquida	31.579	39.861	-20,78
Custo das vendas	(6.115)	(15.720)	-61,10
Lucro bruto	25.464	24.141	5,48
Margem bruta	80,64%	60,56%	20,08 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.531)	(4.943)	-8,34
Despesas financeiras líquidas	(9.649)	(12.626)	-23,58
Lucro operacional	11.284	6.572	71,70
Imposto de renda e contribuição social	(3.843)	(2.241)	71,48
Lucro líquido do trimestre	7.441	4.331	71,81
Margem líquida	23,56%	10,87%	12,69 p.p.

Considerando que a ITASA é controlada em conjunto com a CSN, a consolidação observa a proporção de 48,75%, que corresponde à participação da Companhia em seu patrimônio líquido. Assim sendo, os valores constantes da tabela acima se referem a 48,75% dos apurados por aquela controlada. As demais controladas são consolidadas integralmente.

A redução de 20,78% nas vendas líquidas refere-se, basicamente, ao término do reajuste extraordinário temporário aplicado aos contratos de venda de energia elétrica para seus acionistas.

A rubrica custo das vendas, referente ao ano anterior, contempla a exposição no MAE no período de racionamento, no valor de R$ 10.216. Como este fato não se repetiu no 1º trimestre de 2005, houve significativa redução dos custos, em 61,10%.

O contexto acima ocasionou aumento 5,48% no lucro bruto e, em conseqüência, a margem bruta cresceu significativos 20,08 p.p.

As principais causas da redução das despesas financeiras líquidas foram: (a) variação monetária das debêntures; e (b) encargos financeiros sobre adiantamento concedidos pelos acionistas. Enquanto no 1º trimestre de 2004 incidiu variação monetária de debêntures no valor de R$ 2.089, no presente trimestre o valor foi de R$ 1.180, devido à queda na variação do IGP-M de 2,72%, em 2004. para 1,55%, no presente trimestre, e à amortização de debêntures ocorrida de abril a dezembro de 2004. No 1° trimestre de 2004 foram reconhecidos encargos de R$ 1.454 sobre adiantamentos concedidos pelos acionistas, enquanto em 2005 não ocorreu esta despesa.

b) CEM

Controlada	1º Trimestre 2005	1º Trimestre 2004	Variação (%)
Receita líquida	59.686	56.960	4,78
Custo das vendas	(10.105)	(11.544)	-12,47
Lucro bruto	49.581	45.416	9,17
Margem bruta	83,07%	79,73%	3,34 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(5.818)	(5.737)	1,41
Despesas financeiras líquidas	(18.016)	(23.722)	-24,05
Lucro operacional	25.747	15.957	61,35
Imposto de renda e contribuição social	(8.751)	(5.420)	61,46
Lucro líquido do trimestre	16.996	10.537	61,30
Margem líquida	28,48%	18,50%	9,98 p .p.

Se descontado o reajuste de preço, pelo IGP-M, ocorrido no contrato de venda, a receita líquida apresentou redução na comparação dos trimestres. Esta situação ocorreu em função da mudança do regime de tributação, de cumulativo para não-cumulativo, imposta pela IN 468/2004 da Secretaria da Receita Federal. Contudo, deve-se ressaltar que este fato não altera o resultado consolidado, pois a totalidade da energia elétrica é vendida para a Controladora.

O aumento do lucro operacional e, conseqüentemente, do lucro líquido do trimestre pode ser atribuído, principalmente, à redução das despesas financeiras líquidas. De abril a dezembro de 2004, houve amortização de R$ 79.341, reduzindo a dívida que gerou os encargos financeiros no 1º trimestre de 2005. Este fato, aliado à queda dos índices de atualização da dívida, permitiu que as despesas financeiras se situassem em patamar inferior ao constatado no ano anterior.

A redução de 12,47% verificada no custo das vendas, caindo de R$ 11.544 para R$ 10.105 refere-se, basicamente, à compra de energia elétrica no MAE/CCEE, que no 1º trimestre de 2004 foi de R$ 1.614 e no trimestre atual, de R$ 91.

c) Tractebel energia Comercializadora

Controlada	1º Trimestre 2005	1º Trimestre 2004	Variação (%)
Receita líquida	76.469	-	-
Custo das vendas	(57.782)	-	-
Lucro bruto	18.687	-	-
Margem bruta	24,44%	-	-
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(11.386)	-	-
Resultado financeiro	1.320	-	-
Lucro operacional	8.621	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.925)	-	-
Lucro líquido do trimestre	5.696	-	-
Margem líquida	7,45%	-	-

A Tractebel Energia Comercializadora iniciou suas operações, efetivamente, em setembro de 2004.

Na composição do resultado de 2005, está incluída a receita de exportação de energia elétrica para o Uruguai, no valor de R$ 57.206.

O custo das vendas refere-se a compra de energia elétrica para revenda.

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se, substancialmente, a encargos de uso da rede elétrica.

Tendo em vista que a Tractebel Energia Comercializadora não possui dívidas seu resultado financeiro é composto, basicamente, de variação cambial de exportação de energia elétrica, no valor de R$ 1.383.

c) Lages Bioenergética

Controlada	1º Trimestre 2005	1º Trimestre 2004	Variação (%)
Receita líquida	8.132	239	-
Custo das vendas	(3.365)	(849)	-
Lucro bruto	4.767	(610)	-
Margem bruta	58,62%	-	-
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(95)	-	-
Resultado financeiro líquido	(833)	(964)	-
Lucro operacional	3.839	(1.574)	-
Imposto de renda e contribuição social	(483)	(70)	-
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	3.356	(1.644)	-
Margem líquida	41,27%	-	-

Embora o início de operação comercial tenha sido autorizado pela ANEEL em 23.12.2003, somente no mês de março de 2004 a Lages efetuou transação de venda de energia elétrica, propiciando faturamento bruto de R$ 273, já que os contratos de venda de energia elétrica e de vapor previam o início de fornecimento somente a partir do mês de abril de 2004.

Desta forma, a comparabilidade entre os trimestres fica prejudicada.

A Lages está sendo tributada pelo regime de lucro presumido. Esta situação onerou o resultado do 1º trimestre de 2004, porquanto houve tributação de imposto de renda (IR) e de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) apesar do prejuízo apresentado. Diferentemente, o 1º trimestre de 2005 apresentou uma economia de impostos, já que o IR e a CSLL representaram 12,58% do lucro antes dos tributos. Houve, ainda, economia de PIS/COFINS, que neste regime tributário permanece na alíquota global de 3,65%.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A seguir, são apresentados os principais indicadores consolidados (Controladora e controladas):

a) Indicadores de resultado

Indicadores	1º Trimestre 2005	1º Trimestre 2004	%
Receitas operacionais líquidas	700.561	536.678	30,54
Lucro bruto	386.198	303.672	27,17
Margem bruta	55,13%	56,58%	(1,45) p.p
Lajida (Ebitda) (1)	359.595	299.770	19,96
Resultado do serviço	306.829	247.654	23,89
Resultado financeiro	(46.128)	(54.127)	(14,78)
Resultado operacional	259.014	191.840	35,02
Lucro líquido do período	172.227	126.317	36,35
Margem líquida	24,58%	23,54%	1,04 p.p

(1) Lajida (Ebitda): Lucro Operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização + amortização de ágio.

b) Indicadores financeiros

Indicadores	31.03.2005	31.12.2004	%
Ativos totais	6.348.106	6.205.152	2,30
Dívidas em moeda estrangeira	1.050.167	1.059.280	(0,86)
Dívidas em moeda nacional	731.897	757.841	(3,42)
Patrimônio líquido	2.959.183	2.786.956	6,18

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
01	COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL - CEM	02.201.268/0001-17	ABERTA CONTROLADA	99,99	12,35
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		225.171		225.171	
02	ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA	01.355.994/0001-21	ABERTA CONTROLADA	48,75	8,83
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		253.607		253.607	

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Usina Termelétrica Jacuí

As principais características são as seguintes:

- Localização: Município de Charqueadas, 50 km de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul
- Potência nominal instalada: 350 MW
- Combustível: carvão mineral pulverizado
- Estágio: Obra paralisada, com conclusão parcial de 40%
  Equipamentos principais estocados no canteiro
  Licença ambiental de instalação (LI) emitida e renovada em janeiro de 2004

Conforme mencionado na Nota 8 do quadro 04.01, em junho de 2004 a Companhia transferiu 33,33% do empreendimento à empresa Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Classificação de Riscos

A empresa Fitch Ratings atribui à Companhia o rating "AA-(bra)", referente ao Rating Nacional de Longo Prazo à dívida sênior não securitizada e a empresa Standard & Poor's, o rating "brA+", de crédito corporativo em sua Escala Nacional Brasil. Este mesmo rating foi atribuído a primeira e segunda séries da emissão de debêntures. Para atribuição destes ratings, estas empresas levaram em consideração diversos aspectos positivos tais como: seu baixo custo de geração de energia elétrica, moderado nível de endividamento total comparado ao fluxo de caixa, elevado nível de contratação de energia até 2008, entre outros.

As duas empresas consideram a pespectiva dos ratings estáveis, o que denota um risco de crédito muito baixo, se comparado a outros emissores ou emissões de debêntures no país. Esta avaliação tem como ponto forte a capacidade da Companhia, acima da média, em atender seus compromissos financeiros no seu mercado de atuação e sua estratégia conservadora em manter seu atual perfil financeiro nos próximos anos. Além disso, as empresas levaram em consideração as boas perspectivas para a economia brasileira a curto prazo, que influenciam positivamente o nível de consumo de energia elétrica.

As empresas foram contratadas pela Companhia com o objetivo de cumprir uma das condições para a emissão de 20.000 debêntures, no valor de R$ 200.000, para reestruturar o seu endividamento, trocando parte da sua dívida em moeda externa por dívida em moeda local, conforme divulgado na Nota 22, do quadro 04.01 - Notas Explicativas.

Seguros

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.515.233 mil, equivalentes a R$ 9.372.314 mil em 31.03.2005, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 459.900 mil, equivalentes a R$ 1.226.185 mil em 31.03.2005. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 150.000 mil, equivalentes a R$ 399.930 mil em 31.03.2005, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A partir de 19.12.2003 a UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, foi incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 320.000 mil, equivalentes a R$ 853.184 mil em 31.03.2005, e lucro cessante de US$ 71.000 mil, equivalentes a R$ 189.300 mil em 31.03.2005, através do endosso nº 1095000026.

A controlada CEM mantém a cobertura de manutenção ampla pelo período de dois anos após a entrada em operação da 3ª unidade da usina, cuja data, prevista na apólice foi 15.01.2003.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 133.310 mil em 31.03.2005. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 20.000 mil equivalentes a R$ 53.324 mil em 31.03.2005, e seguro de Riscos de Engenharia com cobertura de obras civis em construção, instalação e montagem, inclusive na fase de testes e durante 12 meses de manutenção ampla, bem como a cobertura de responsabilidade civil geral e cruzada, com as seguintes vigências:

- Obras civis em construção / instalação e montagem – 01.11.2002 a 31.12.2003
- Testes – 28.11.2003 a 12.12.2004
- Manutenção – 12.02.2004 a 12.02.2005

Os limites máximos de indenização são os seguintes:

- Obras civis em construção / instalação e montagem – R$ 44.712 mil
- Responsabilidade civil geral e cruzada – R$ 1.806 mil

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros operacionais para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de executivos extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

Serviços de Auditoria - Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADOS

NOTA 1 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Consolidado				
	31.03.2005				31.12.2004
		Vencidos			
	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Consumidores livres	43.230	1.715	3.553	48.498	35.286
Concessionárias	184.620	-	-	184.620	170.250
Comercializadoras	37.388	-	-	37.388	40.524
Exportação	26.553	-	740	27.293	740
Transações no âmbito do MAE	155.429	-	13.950	169.379	165.472
	447.220	**1.715**	**18.243**	**467.178**	**412.272**
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(119.596)	-	(12.029)	(131.625)	(131.625)
	327.624	**1.715**	**6.214**	**335.553**	**280.647**
Longo prazo					
Transações no âmbito do MAE	12.962	-	-	12.962	14.920
	12.962	**-**	**-**	**12.962**	**14.920**

NOTA 2 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2005	31.12.2004
Circulante		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	629.925	440.035
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	194.949	167.666
Ajuste negativo de operações com swaps	(29.771)	(13.698)
Operações Compromissadas	34.312	33.925
Notas do Banco Central – NBC-E	24.293	23.776
	853.708	**651.704**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(17.427)	(17.427)
	836.281	**634.227**
Longo Prazo		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	**36.101**	**35.550**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das Informações Trimestrais.

As aplicações do Fundo de Investimentos Exclusivo estão consolidadas nas demonstrações financeiras e segregadas de acordo com a natureza de seus ativos.

NOTA 3 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Consolidado				
	31.03.2005				31.12.2004
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas Jacuí	606.171	-	54.555	54.555	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	245.697	33.433	-	33.433	33.433
Benefícios pós-emprego	156.885	39.221	14.120	53.341	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.625	32.906	11.846	44.752	44.752
Provisão para contingências	115.883	28.971	10.429	39.400	37.844
Provisão para amortização acelerada UTE William Arjona	34.378	8.594	3.094	11.688	11.972
Provisão p/perdas com créditos de ICMS	33.457	8.364	3.011	11.375	11.212
Provisão para grandes manutenções	34.315	8.578	3.089	11.667	10.442
Provisão para perdas em aplicações financeiras	17.427	4.357	1.569	5.926	5.926
Participação de empregados nos lucros	6.500	1.625	585	2.210	2.210
Provisão bônus gerencial	4.000	1.000	360	1.360	1.360
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Provisão honorários advocatícios	612	153	55	208	206
Prejuízo fiscal	14.597	3.649	-	3.649	4.501
Base negativa da contribuição social	92.197	-	8.298	8.298	14.588
		170.851	**111.011**	**281.862**	**284.816**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		56.681	19.199	75.880	98.173
Realizável a longo prazo		114.170	91.812	205.982	186.643
		170.851	**111.011**	**281.862**	**284.816**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de suas bases, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia e de sua controlada CEM indicam que os ativos fiscais diferidos serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados pela Administração da Companhia, conforme abaixo apresentados:

	Consolidado								
Natureza dos ativos	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**Próximos 2 anos**	**Próximos 3 anos**	**Após 2014**	**Total**
Provisão para perdas Jacuí	-	-	-	-	2.250	4.910	7.365	40.030	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	2.507	3.343	3.343	3.343	3.344	6.687	10.030	836	33.433
Demais diferenças temporárias	22.251	11.251	7.971	22.029	21.176	91.418	5.218	613	181.927
Prejuízo fiscal	522	921	1.488	718	-	-	-	-	3.649
Base negativa da contribuição social	7.133	328	532	305	-	-	-	-	8.298
Ativo fiscal diferido, registrado	**32.413**	**15.843**	**13.334**	**26.395**	**26.770**	**103.015**	**22.613**	**41.479**	**281.862**
Ativo fiscal diferido, Jacuí	-	-	-	-	7.440	16.235	24.352	103.516	151.543
Ativo fiscal diferido, não registrado	-	-	-	-	-	-	-	27.991	27.991
	32.413	**15.843**	**13.334**	**26.395**	**34.210**	**119.250**	**46.965**	**172.986**	**433.405**

Na elaboração do quadro acima, o ano de 2005 compreende somente 9 meses (abril a dezembro).

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOTA 4 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	31.03.2005		31.03.2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	**258.956**	**258.956**	**191.838**	**191.838**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	1.687	-	1.687
Gratificação e 13º de dirigentes	-	336	-	69
Doações incentivadas	-	-	30	30
Doações indedutíveis	115	115	226	226
Multas	(306)	(306)	-	-
Ajuste de controlada tributada pelo lucro presumido	(2.144)	(2.495)	1.808	1.797
Outras despesas indedutíveis	108	108	160	160
Exclusões				
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(3.408)	-	(3.385)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**256.729**	**254.993**	**194.062**	**192.422**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(23.106)**	**(63.748)**	**(17.466)**	**(48.106)**
Incentivos fiscais	-	98	-	30
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	27	-	21
(=) Contribuição social e imposto renda no resultado	**(23.106)**	**(63.623)**	**(17.466)**	**(48.055)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(17.925)	(65.852)	(12.250)	(46.432)
Diferido	(5.181)	2.229	(5.216)	(1.623)
	(23.106)	**(63.623)**	**(17.466)**	**(48.055)**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOTA 5 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado			
	31.03.2005		31.12.2004	
	Taxas médias de reintegração	Custo corrigido	Custo corrigido	Empresa
Imobilizações em Serviço				
Intangível				
Direito de Exploração UHE Cana Brava		88.664	88.664	CEM
(-) Amortização Acumulada	3,2	(7.661)	(6.950)	
		81.003	**81.714**	
Tangível				
Geração Hidráulica				
UHE Salto Santiago	2,5	638.767	638.767	Controladora
UHE Salto Osório	2,8	288.894	288.901	Controladora
UHE Passo Fundo	2,5	123.120	123.257	Controladora
UHE Itá (participação em consórcio)	2,3	1.779.329	1.779.329	Controladora/ ITASA
UHE Cana Brava	2,5	869.384	869.322	CEM
UHE Machadinho	2,4	179.928	178.888	Controladora
		3.879.422	3.878.464	
(-) Depreciação Acumulada		(1.035.377)	(1.011.868)	
		2.844.045	**2.866.596**	
Geração Térmica				
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.453.800	2.453.365	Controladora
UTE Charqueadas	4,4	54.807	55.006	Controladora
UTE Alegrete	4,1	8.101	8.101	Controladora
UTE Willian Arjona	4,3	139.286	139.900	Controladora
UTE Lages	4,3	57.845	57.843	Lages
		2.713.839	2.714.215	
(-) Depreciação Acumulada		(1.206.356)	(1.180.899)	
		1.507.483	**1.533.316**	
Sistema de Comunicação	6,1	1.102	1.102	Consolidado
(-) Depreciação Acumulada		(503)	(433)	
		599	**669**	
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	32.555	31.388	Consolidado
(-) Depreciação Acumulada		(17.329)	(17.701)	
		15.226	**14.287**	
		4.448.356	**4.496.582**	

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição do Ativo Imobilizado (continuação)

	Consolidado		
	31.03.2005 Custo corrigido	31.12.2004 Custo corrigido	Empresa
Total das Imobilizações em Serviço	**4.448.356**	**4.496.582**	
Imobilizações em Curso			
Geração Hidráulica			
UHE Salto Santiago (obra de adição)	918	890	Controladora
UHE Salto Osório (obra de adição)	18.745	16.504	Controladora
UHE Itá (custos retardatários)	5.936	5.471	Controladora/ ITASA
UHE Cana Brava	1.615	1.602	CEM
Outros	223	194	Controladora
	27.437	**24.661**	
Geração Térmica			
UTE Jacuí	52.484	52.320	Controladora
UTE Jorge Lacerda (obra de adição)	8.101	7.680	Controladora
UTE Charqueadas (obra de adição)	594	421	Controladora
UTE Lages	10.052	9.646	Lages
Outros	15	15	Controladora
	71.246	**70.082**	
Outros	**1.592**	**1.794**	Controladora
	100.275	**96.537**	
Imobilizações líquidas	**4.548.631**	**4.593.119**	
Obrigações Especiais	**(56.689)**	**(56.689)**	Controladora/ Lages
	4.491.942	**4.536.430**	

b) Mutação no trimestre

	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2004	**4.496.582**	**96.537**	**4.593.119**
Aquisições	842	5.269	6.111
Encargos Financeiros de dívidas, líquidos	-	-	-
Encargos Financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	-	-
Transferências	1.531	(1.531)	-
Depreciação	(50.462)	-	(50.462)
Baixas	(137)	-	(137)
	4.448.356	**100.275**	**4.548.631**
Obrigações Especiais	(56.689)	-	(56.689)
Saldo em 31.03.2005	**4.391.667**	**100.275**	**4.491.942**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOTA 6 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição:

	Consolidado					
	31.03.2005			31.12.2004		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	109.532	413.321	522.853	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	54.691	472.623	527.314	48.857	491.788	540.645
	164.223	**885.944**	**1.050.167**	**153.418**	**905.862**	**1.059.280**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	68.080	230.142	298.222	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	59.891	373.784	433.675	57.888	385.745	443.633
	127.971	**603.926**	**731.897**	**124.294**	**633.547**	**757.841**
	292.194	**1.489.870**	**1.782.064**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**

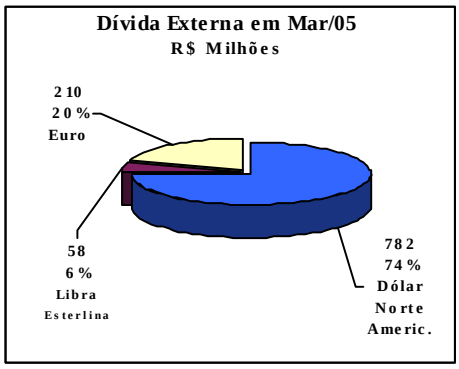
b) Mutação no trimestre

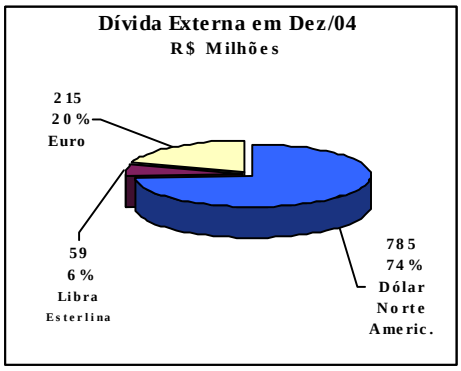
	Consolidado	
	Circulante	Longo Prazo
Saldo em 30.09.2004	**292.594**	**1.691.947**
Liquidações	(145.062)	-
Transferências	94.640	(94.640)
Encargos gerados no trimestre	41.395	1.526
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.160)
Variações monetárias geradas no trimestre	(5.855)	(49.264)
Saldo em 31.12.2004	**277.712**	**1.539.409**
Liquidações	(69.691)	-
Transferências	47.110	(47.110)
Encargos gerados no trimestre	38.367	1.312
Variações monetárias geradas no trimestre	(1.304)	(3.741)
Saldo em 31.03.2005	**292.194**	**1.489.870**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

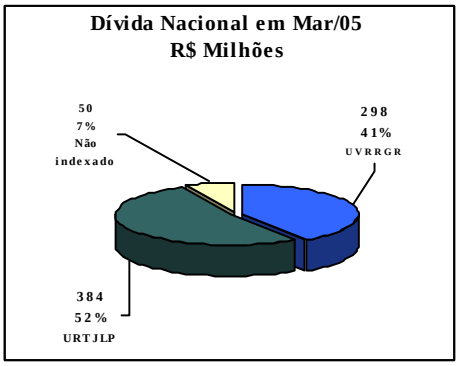
16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

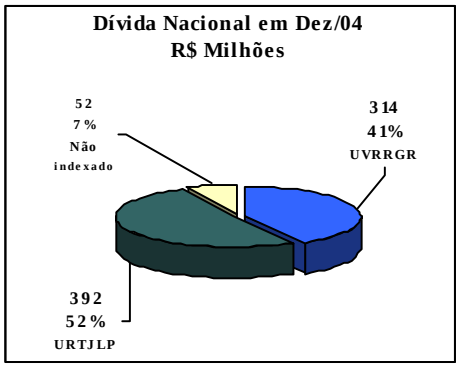
c) O total devido nas respectivas moedas estrangeiras desdobra-se da seguinte forma:





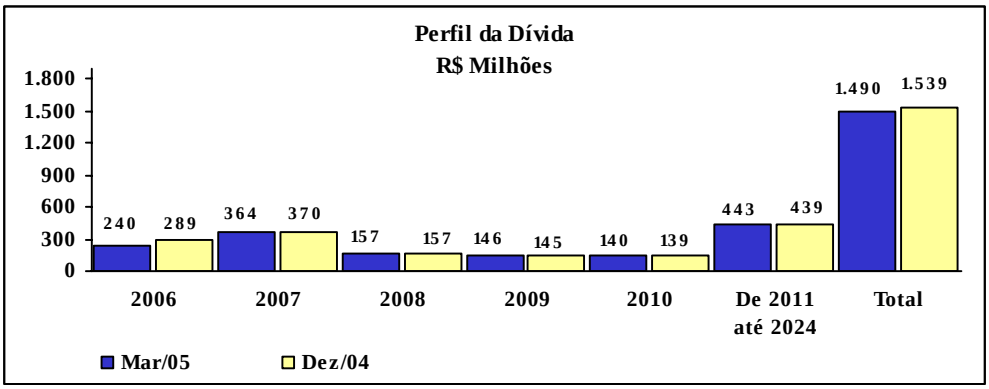
d) O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:





IVRRGR - Índice de Variação Recursos da RGR
URTJLP - Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo

e) Os empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo têm seus vencimentos assim programados:



f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Mercado interno

Taxas fixas: 11,90% a 12,00% a.a. (11,90% a 12,00% a.a., no 4º trimestre de 2004)
Taxas flutuantes: 12,00% a 19,71%a.a. (18,18% a.a., no 4º trimestre de 2004)

Mercado externo

Taxas fixas: 6,00% a 10,43% a.a. (6,00% a 8,49% a.a., no 4º trimestre de 2004)
Taxas flutuantes: 2,77% a 9,30% a.a. (2,77% a 9,29% a.a., no 4º trimestre de 2004)

NOTA 7 - DEBÊNTURES

a) Companhia Energética Meridional – CEM

Em 19 de maio de 1999, a controlada assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures, cujos saldo atualizado até 31.03.2005 é de R$ 101.351, sendo R$ 12.482 no passivo circulante e R$ 88.869 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 98.107, R$ 10.008 no passivo circulante e R$ 88.099 no exigível a longo prazo).

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

A amortização do valor nominal das debêntures teve início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorre semestralmente com base em programação de amortização crescente que

varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela, com vencimento em 01.04.2013.

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

	31.03.2005	31.12.2004
2006	8.514	8.440
2007	9.365	9.284
2008	10.302	10.212
2009	11.332	11.234
2010	12.465	12.357
De 2011 até 2013	36.891	36.572
	88.869	**88.099**

b) Itá Energética S.A. – ITASA

Em 7 de março de 2001, a controlada em conjunto emitiu duas séries de 8.400 debêntures não conversíveis cada uma, para colocação pública, no valor total de R$ 168.000, integralizados em 23 de março de 2001. O saldo atualizado em 31.03.2005, nas demonstrações financeiras consolidadas, é de R$ 81.909, sendo R$ 16.389 no passivo circulante e R$ 65.520 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 78.872, R$ 13.352 no passivo circulante e R$ 65.520 no exigível a longo prazo).

Os juros sobre as debêntures são pagos anualmente, sendo os da 1ª série a partir de 1º de dezembro de 2001 e os da 2º série a partir de 1° de junho de 2002 e são calculados conforme abaixo:

1ª série: de 01.12.2001 a 01.12.2003 – IGP-M + 11,2% a.a. (já pagos)
de 02.12.2003 a 01.12.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.
2ª série: de 01.06.2002 a 01.06.2004 – IGP-M + 11,2% a.a. (já pagos)
de 02.06.2004 a 01.06.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.

A amortização do valor nominal das debêntures será efetuada em parcelas anuais, sendo que a da 1ª série terá início em 1° de dezembro de 2004, com vencimento final em 1° de dezembro de 2013 e a da 2ª série, a partir de 1° de junho de 2004, com vencimento final em 1° de junho de 2013.

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

	31.03.2005	31.12.2004
2006	8.190	8.190
2007	8.190	8.190
2008	8.190	8.190
2009	8.190	8.190
2010	8.190	8.190
De 2011 até 2013	24.570	24.570
	65.520	**65.520**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOTA 8 - CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M:

Ano	Início de pagamento	Valor anual	Valor total
1º	-	1	1
2º ao 6º	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800
			625.721

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível e no passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da UHE Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.03.2005, é de R$ 167.715, sendo R$ 1.619 no passivo circulante e R$ 166.096 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 161.889, sendo R$ 1.472 no passivo circulante e R$ 160.417 no exigível a longo prazo).

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

	31.03.2005	31.12.2004
2006	1.146	1.506
2007	1.528	1.506
2008	1.528	1.506
2009	1.528	1.506
2010	1.528	1.506
De 2011 até 2023	158.838	152.887
	166.096	**160.417**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas
Tractebel Energia S.A.

1 Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) da Tractebel Energia S.A. (individuais e consolidadas), compreendendo o balanço patrimonial em 31 de março de 2005, a demonstração do resultado para o trimestre findo naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião sobre essas Informações Trimestrais.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e operações da companhia.

3 Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estejam de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4 As Informações Trimestrais, compreendendo o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2004 e a demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2004 foram examinadas e revisadas por nós, que emitimos parecer sem ressalva em 2 de março de 2005 e relatório de revisão especial sem ressalva e ênfase relativa a alguns ativos operacionais do seu parque gerador, que avaliados isoladamente, pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente não seriam recuperados, mas em conjunto com os demais ativos produziriam fluxo de caixa futuro positivo, em 11 de maio de 2004, respectivamente.

Florianópolis, 11 de abril de 2005.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio - contador
CRC RS – 42.460/S - SC
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” SC

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	51
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	57
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	59
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	61
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	65
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	70
15	01	PROJETOS DE INVESTIMENTO	71
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	72
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	85
		COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL - CEM	
		ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA	/85